650 anos
VILA DE CASCAIS
1364-2014

CASCAIS
650 ANOS
DE HISTÓRIA

Câmara Municipal de Cascais
Departamento de Inovação e Comunicação
Gabinete de Arquivos Municipais
Divisão de Marca e Comunicação

Texto e seleção de imagens
João Miguel Henriques

Colaboração
Mafalda Martinho
Cristina Neves
Edite Sota

Design gráfico
Fátima Lisboa

Imagens
Arquivo Histórico Municipal de Cascais, Archivo General de Simancas [26-27], Cascais Dinâmica – Gestão de Economia, Comércio e Empreendedorismo, E. M., S. A. [91-92], Clube Internacional de Futebol [49], Direção dos Serviços de Engenharia – Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar [31], Fundação Biblioteca Nacional do Brasil [28], José Santos Fernandes [58 e 72], José Luís Tomé Sabido [38], Prefácio [24] e Santa Casa da Misericórdia de Cascais [23]

ISBN
978-972-637-258-5

D. Pedro I, a quem
Cascais deveu
a autonomia, em
1364

650 anos de História

A 7 de junho de 2014

a Vila de Cascais comemora o seu 650º aniversário, a que se sucederá, a 14 de novembro, a evocação dos 500 anos do Foral manuelino e, a 8 de abril de 2015, a celebração do 645º aniversário do Município.

Caminha-se, assim, para um momento ímpar de (re)descoberta da nossa história, que contribuirá decerto para o reforço da identidade de um território em que a agricultura, a extração de pedra e a pesca cederam a primazia ao comércio e ao turismo, impondo-se, desde meados do século XIX, na arte de bem receber todos os que o procuraram, para férias, residência ou mesmo como local de exílio.

Em Cascais: 650 Anos de História, a riquíssima iconografia do concelho, maioritariamente preservada no Arquivo Histórico Municipal, ilustra uma brevíssima síntese que, tendo por base a bibliografia existente, nos convida a reviver um passado comum. Junte-se a nós nesta breve visita às imagens que fazem a nossa história!

Cascais,
1863

A origem do topónimo **Cascais** perde-se no tempo, ainda que na opinião do etimologista José Leite de Vasconcelos deva provir do substantivo **cascal**, remetendo-nos, assim, para a existência de montes de conchas e detritos calcários de crustáceos nas imediações da pequena aldeia de pescadores que veio depois a dar o nome ao concelho.

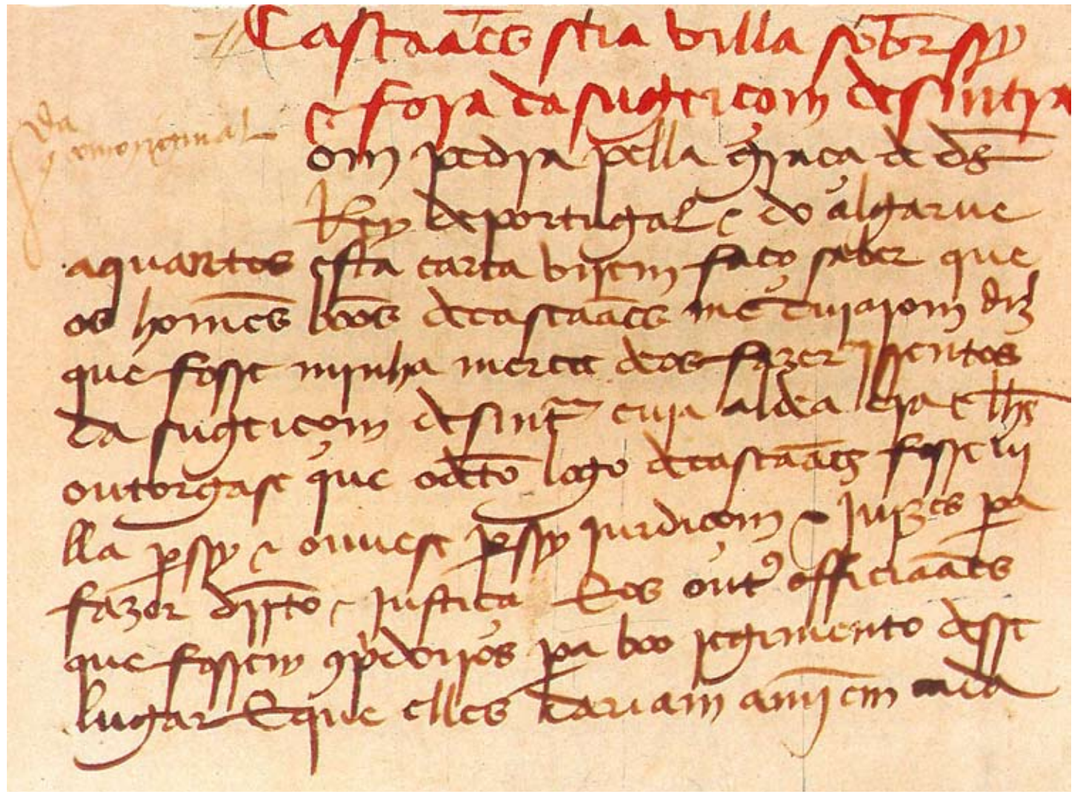
Aninhado entre Sintra, Oeiras e o Oceano Atlântico, Cascais espraia-se por pequenas colinas e vales pouco acentuados, desde a encosta da serra até ao litoral, que se caracteriza por praias e arribas entre Carcavelos e Cascais, às quais se segue, da vila até ao Guincho, uma área de costa alta, rochosa e desgastada pela erosão e, depois, vastos areais e dunas.

Já em 1620 Frei Nicolau de Oliveira, ao referir-se no *Livro das grandezas de Lisboa* à «notável vila de Cascais», bafejada pela natureza com «puríssimos e temperadíssimos ares», elogiava o clima da região, anotando que «não há verão [...] que nela [se] faça sentir grande calor, pela vizinhança do mar [...] que quase a cerca e da fresquíssima Serra de Sintra que, com frescos e brandos ventos, ficando-lhe da parte da terra, lhe está refrescando o ar, que o Sol com seus raios aquenta». Da mesma forma, «não há inverno tão rigoroso que nela faça sentir grande frio por respeito dos ventos sul e noroeste, que de ordinário naquele tempo ventam e de si são mais brandos que o norte e nordeste do verão. E assim **é a mais sadia terra que se sabe em Portugal** e em que os homens mais vivem e mais sãos»...

O município de Cascais tem atualmente **97,4 Km2** e divide-se em quatro **freguesias**: Alcabideche, Carcavelos-Parede, Cascais-Estoril e S. Domingos de Rana. Como se perceberá, esta organização evoluiu ao longo dos tempos.

PARA SABER MAIS

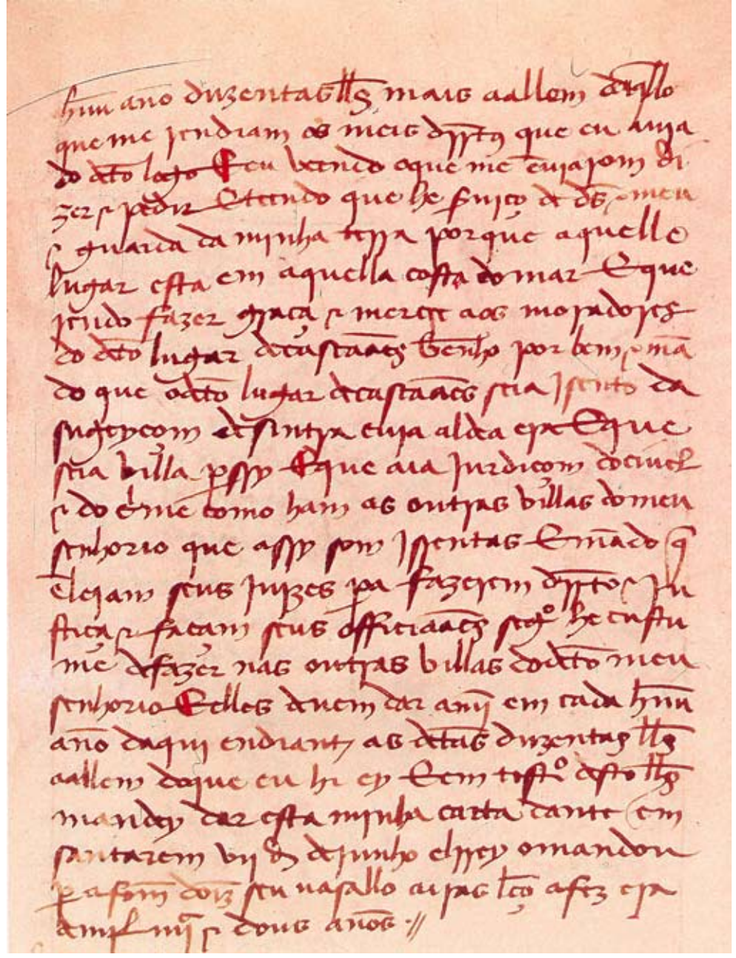
CORREIA, J. Diogo - *Toponímia do concelho de Cascais*. Cascais : Câmara Municipal, 1964. 56 p.
ENCARNAÇÃO, José d' - *História e geografia de Cascais*. 3ª ed. Cascais : Publigráfica, 1979. 58, [2] p.
MONOGRAFIA DE CASCAIS. Dir. Ferreira de Andrade - Cascais : Câmara Municipal, 1969. 276, [5] p., [5] f. mapa, fotogr., estampas



Carta de vila,
1364

«**Dom Pedro**, pela graça de Deus, rei de Portugal e do Algarve, a quantos esta carta virem faço saber que os homens-bons de Cascais me enviaram dizer que fosse minha mercê de os fazer isentos da sujeição de Sintra, cuja aldeia era, e lhes outorgasse que o dito logo de Cascais fosse vila por si e houvesse por si jurisdição e juízes para fazer direito e justiça, e os outros oficiais que fossem compridoiros para bom regimento desse lugar; e que eles dariam a mim em cada ano 200 libras mais, além daquilo que me rendiam os meus direitos que eu havia do dito logo»

Foi neste termos que, a 7 de junho de **1364**, D. Pedro I – rei que a história apodaria de *O Justo* – subscreveu no Paço da Alcáçova de Santarém a **carta de vila** em que para «serviço de Deus e meu e guarda da minha terra» apartou Cascais do concelho de Sintra, elevando a pequena aldeia de pescadores, mareantes e alguns lavradores à categoria de vila, com jurisdição cível e crime.

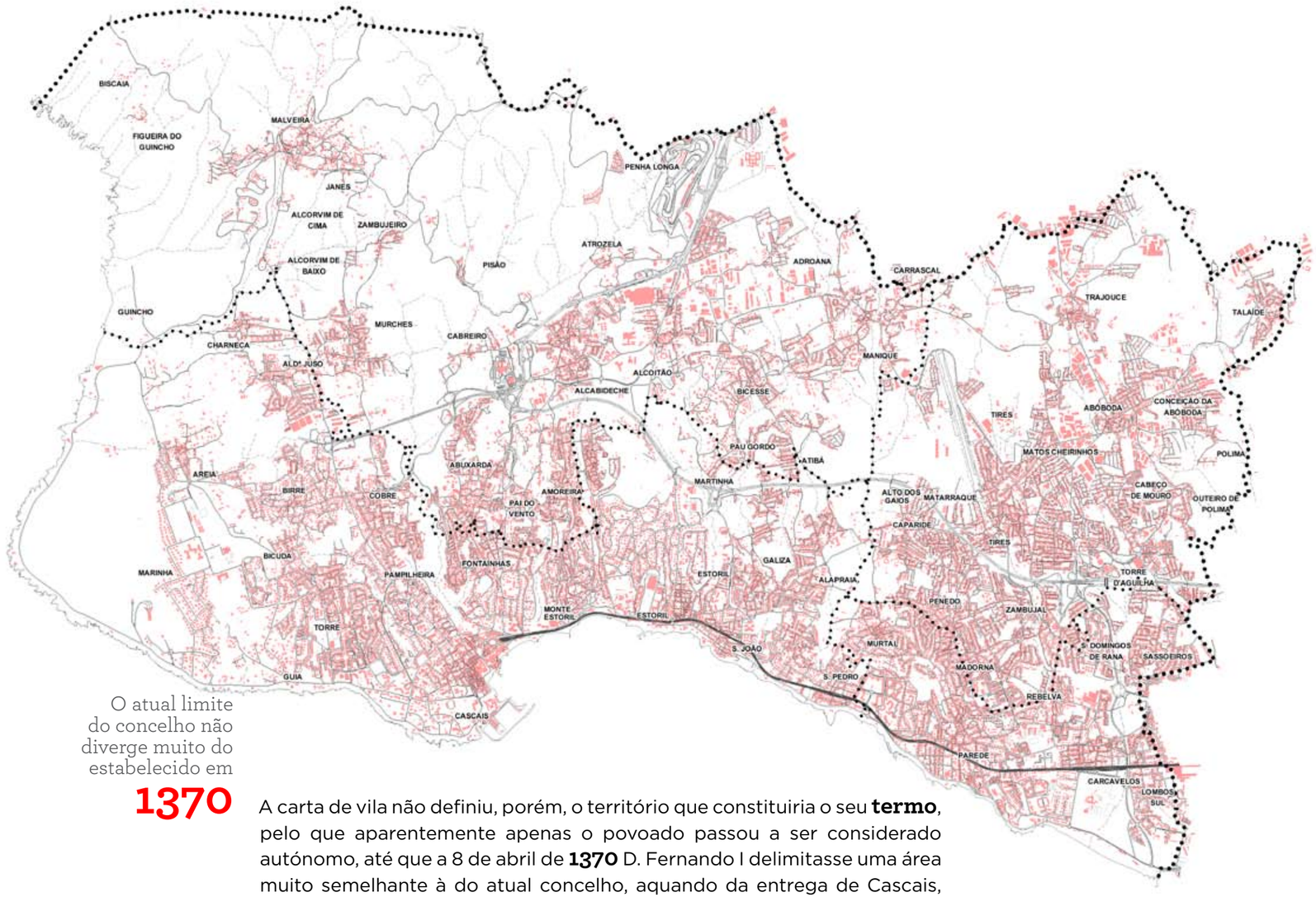


O imposto adicional que esta distinção implicou atesta a relevância da atividade económica do aglomerado populacional, que cedo se transformou num porto de escala concorrido, de apoio a Lisboa, assegurando parte do abastecimento de peixe à capital e a exportação, por via marítima, das produções agrícolas de uma área que se estendia até Sintra, da qual se afastaria irremediavelmente.

Segundo A. H. de Oliveira Marques, o documento que então foi entregue aos **homens-bons** de Cascais perdeu-se em data incerta. Já a transcrição original, registada no livro da chancelaria de D. Pedro I, seria destruída no século XV, quando, ao decidir-se proceder à seleção dos documentos relativos aos reinados anteriores ao de D. Afonso V, os dez livros da chancelaria de D. Pedro I foram condensados num só volume. A carta de vila de Cascais foi felizmente um dos documentos transcritos na íntegra, ainda que com alterações ao nível ortográfico.

PARA SABER MAIS

MARQUES, A. H. de Oliveira - *Carta de Vila de Cascais 1364 : estudo e transcrição.* Cascais : Câmara Municipal, 1989. 14, [2] p.



O atual limite do concelho não diverge muito do estabelecido em

1370

A carta de vila não definiu, porém, o território que constituiria o seu **termo**, pelo que aparentemente apenas o povoado passou a ser considerado autónomo, até que a 8 de abril de **1370** D. Fernando I delimitasse uma área muito semelhante à do atual concelho, aquando da entrega de Cascais, como feudo, a Gomes Lourenço do Avelar.

A leitura deste documento levanta, assim, uma dúvida acerca da efetiva **autonomia** de Cascais entre 1364 e 1370, por anotar que «damos a ele dito Gomes Lourenço e a todos os seus sucessores [...] o nosso **castelo e lugar de Cascais** que é termo de Sintra, o qual lugar de Cascais de nosso movimento próprio e da nossa certa ciência fazemos isento e isentamo-lo e tiramo-lo e dessujeitamo-lo de Sintra em que esteve até ao tempo de ora. E queremos e mandamos que daqui em diante seja per si e haja jurisdição alta e baixa como a qualquer castelo e lugar que não é sujeito a cidade, nem a vila, nem a castelo». Tal facto talvez se possa explicar por entraves levantados pelo concelho de Sintra, que não deve ter visto com bons olhos a perda do rentável porto de Cascais ou eventualmente pela incapacidade de os homens-bons assegurarem o pagamento das 200 libras adicionais devidas...

O concelho passou, então, a ter por **limites**, a sul e poente, o mar; a norte, a foz do Rio Touro, o sítio de Barbas de Rei, a Penha da Hera (depois Penedo da Hera), o açude da Azenha do Tarambulho, Janes, o caminho do Rio Tortulho, a Estrada de Lisboa, as Portas de Manique (Capa-Rôta) e a vereda que se prolongava pela estrada de Sintra até Rio de Mouro e, como fronteira a nascente, «daí em diante pelo Rio [hoje conhecido por Ribeira da Laje] ao mar».

Pelo facto de avançar até este curso de água englobava uma pequena fração do Reguengo de Oeiras, que veio depois a ser conhecido por **Reguengo de a par de Oeiras** e a adquirir individualidade própria, transformando-se, mesmo, numa circunscrição de regime equiparável ao dos verdadeiros municípios, como adiante anotaremos. Por carta régia de 10 de maio desse ano, menos de um mês após a criação do termo de Cascais, já D. Fernando I, na sequência de reclamações dos proprietários da área, seria forçado a esclarecer a sua dúbia situação, que também beneficiaria do facto de os territórios de Cascais e Oeiras pertencerem habitualmente ao mesmo senhor, como o atestam as cartas de 1373 e 1385, em que Henrique Manuel de Vilhena foi presenteado com o senhorio de Cascais e o reguengo de Oeiras, o mesmo sucedendo com o Dr. João das Regras, em 1386.

A razão desta amputação, estudada por Jorge Miranda, parece derivar do facto de, por ocasião da doação, o novo senhor de Cascais possuir propriedades em Asfamil e «além e aquém da água do dito Rio de Mouro». Consequentemente, para além destes lugares, hoje integrados no concelho de Sintra, D. Fernando I também outorgaria o território vizinho da região em que o beneficiário detinha já significativo património, com casas, lagares e azenhas que se espraiavam até à atual Ribeira da Laje, à época incrustada no Reguengo de Oeiras.

PARA SABER MAIS

CASTELO BRANCO, Fernando - *Cascais nos inícios do seu municipalismo e na crise de 1383*. Cascais : Câmara Municipal, 1972. 37, [5] p.
MIRANDA, Jorge - Joham das regras e a doaçam de cascãaes e do reguêgo dhueiras. *Arquivo de Cascais : boletim cultural do município*. Cascais : Câmara Municipal. N.º 8 (1989) p. 13-34

Porta do castelo de Cascais, aberta no século XVI. A organização do município estava completa em

1383

O documento de criação do senhorio nada prescrevia acerca da **organização** do concelho – comunidade constituída num território, cujos moradores, os vizinhos, eram dotados de maior ou menor autonomia administrativa – desconhecendo-se, assim, a data em que se terão realizado as primeiras eleições. De acordo com A. H. de Oliveira Marques, em 1377 já existia pelo menos um alcaide, um alvazil para os pleitos cíveis e um juiz, porventura correspondente ao segundo alvazil: o dos feitos crimes. Em **1383** a organização estava completa, compondo-se de dois alvazis, dois vereadores e um procurador, cargos eletivos restringidos aos homens-bons da vila. Abaixo destes oficiais superiores havia, ainda, um porteiro e um pregoeiro. Por sua vez, a estrutura militar incluía, desde antes dessa data, um anadel, um coudel e vintaneiros, existindo também um almoxarife para cobrança dos réditos e dois tabeliães, de nomeação senhorial.

Inicialmente, as reuniões de homens-bons, que não contariam com mais de vinte participantes, devem ter sido promovidas na praça da Igreja (de Santa Maria?), no interior do castelo, ou num pequeno largo junto às suas portas. Não será também despicienda a possibilidade de se realizarem no novo rossio extramuros onde se encontrava o pelourinho, destruído aquando do terramoto e maremoto de 1755: a atual Praça 5 de Outubro, onde vieram a funcionar os **Paços do Concelho**, pelo menos desde 1653.

PARA SABER MAIS

MARQUES, A. H. de Oliveira - Para a história do concelho de Cascais na Idade Média. *Arquivo de Cascais : boletim cultural do município*. Cascais : Câmara Municipal. N.º 6 (1987) p. 13-40
MARQUES, A. H. de Oliveira - Para a história do concelho de Cascais na Idade Média : *II. Arquivo de Cascais : boletim cultural do município*. Cascais : Câmara Municipal. N.º 7 (1988) p. 37-46

Pescadores ao largo de Cascais. A relevância desta atividade já era evidente em **1282**

A relevância económica do litoral do concelho fora já atestada a 11 de maio de **1282**, por carta régia de confirmação das atribuições do alcaide de mar de Lisboa, a quem também cumpria nomear um alcaide para Cascais, que tinha por missão o policiamento dos pescadores. Para além do episódio do achamento da imagem de Nossa Senhora da Graça pelos mareantes da futura vila, supostamente em 1362, a importância do **porto** de Cascais é ainda denunciada pelo Foral da Portagem de Lisboa, de 5 de outubro de **1377**, que nos informa que aí se procedia ao carregamento da fruta produzida em Sintra.

A colónia de **pescadores** responsável pela fundação de Cascais parece ter-se instalado primeiramente no «Alto do Longo» ou «Monte Lombo», a noroeste do atual centro da vila. Fixou-se depois junto ao mar, talvez sob a proteção de uma estrutura defensiva improvisada, que o **castelo**, construído antes de 1370, reforçou, dissuadindo o desembarque de piratas e corsários, não obstante a parte da vila que se desenvolvera sobre a falésia junto à Ribeira das Vinhas, na área da Rua do Poço Novo e dos Becos Tortos e Esconso, não ser abrangida pela muralha.

Apesar da conquista e saque do castelo pelos castelhanos em **1373** e do bloqueio do porto em **1382** e **1384**, de acordo com A. H. de Oliveira Marques continuar-se-ia a assistir ao crescimento da vila no exterior das muralhas, no arrabalde denominado Vila Nova e à criação, ainda no final do século XIV, das **paróquias** de Santa Maria de Cascais, de S. Vicente de Alcabideche e de S. Domingos de Rana, que se libertaram da sujeição à paróquia de S. Pedro de Penaferrim, em Sintra.

PARA SABER MAIS

ANDRADE, Ferreira de - *Cascais vila da Corte : oito séculos de história*. Reimp. em fac-símile. Cascais : Câmara Municipal, 1990. [4], 496, 58 f. il., [CIII] p. ISBN 972-637-018-3

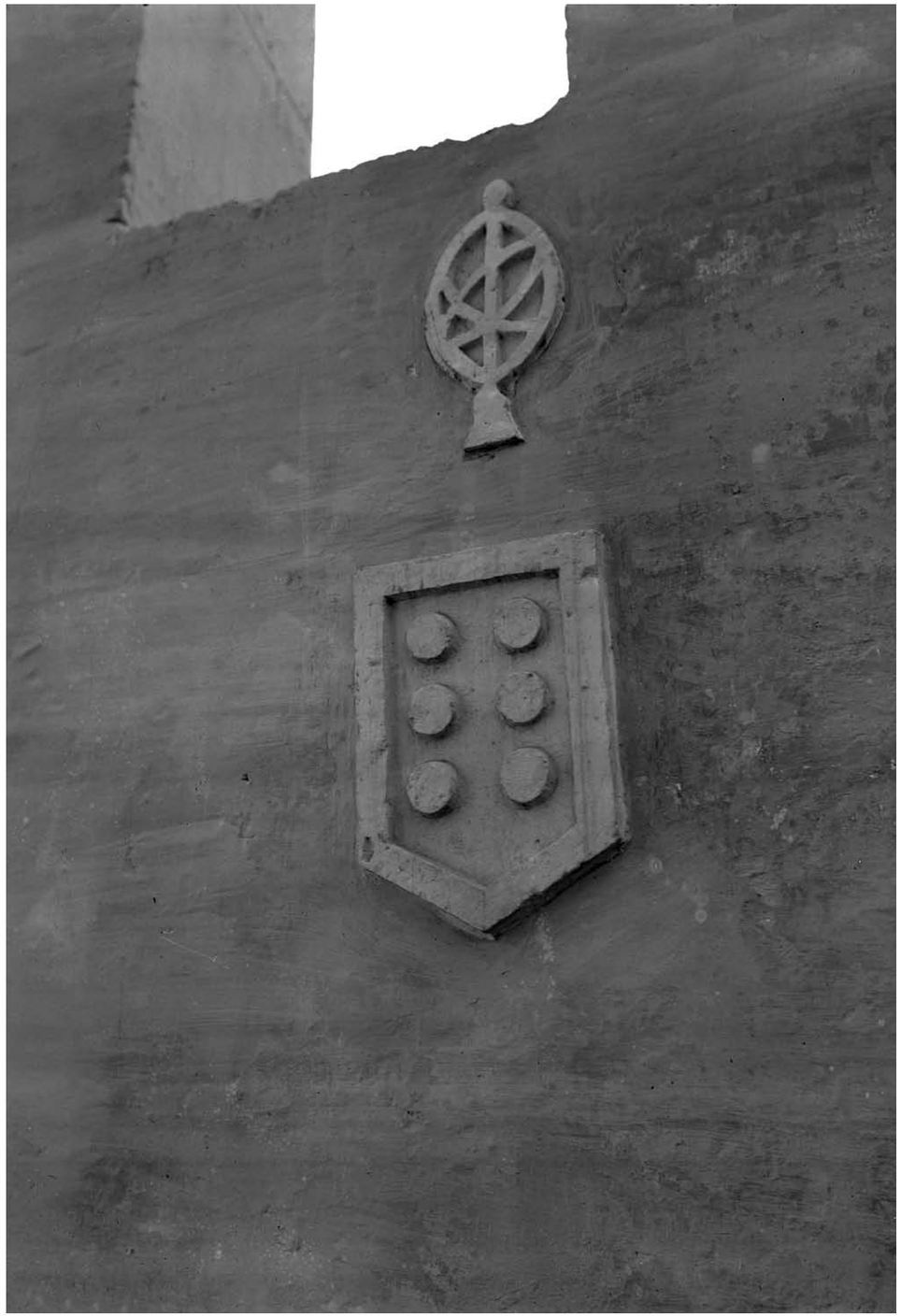
ATLAS DE CIDADES MEDIEVAIS PORTUGUESAS : (SÉCULOS XII A XV). Ed. lit. A. H. de Oliveira Marques; Iria Gonçalves; Amélia Aguiar Andrade. Lisboa : Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova , 1.º v.: 96, [1] p. ISBN 972-667-111-6

CABRAL, João ; SANTOS, Conceição - *Patrimónios de Cascais : exposição*. Cascais : Câmara Municipal, D. L. 2003. 180 p. ISBN 972-637-117-1

CARDOSO, Guilherme ; CABRAL, João Pedro - Apontamentos sobre os vestígios do antigo castelo de Cascais. *Arquivo de Cascais : boletim cultural do município*. Cascais : Câmara Municipal. N.º 7 (1988) p. 77-92

Armas dos Castro, na torre do castelo de Cascais. A população do concelho aproximava-se dos 10 habitantes por Km², em

1383



Num documento de **1383** regista-se a existência de sete vintenas no termo de Cascais, o que correspondia a uns 140 vizinhos ou cerca de 700 **habitantes**, aos quais importa associar a população da vila, porventura umas 200 ou 300 pessoas. O concelho possuía, desta forma, aproximadamente 10 habitantes por Km², ultrapassando a média nacional. Com exceção da futura vila, a ocupação humana rareava na zona litoral, menos atrativa para a **agricultura**, distribuindo-se, antes, por dezenas de casais que pontilhavam o território concelhio, de forma a explorar as suas ricas terras de cultivo e afastar-se dos perigos do oceano, assolado por piratas e corsários.

É neste contexto que importa compreender a atribuição de um **privilégio**, supostamente pela Rainha Santa Isabel – donatária da vila de Sintra desde 1287 – que concedia aos mareantes instalados a poente da Ribeira das Vinhas a possibilidade de pagarem apenas metade dos tributos impostos, desde que o lessem duas vezes por ano, em Murches e na Malveira, vigiassem a Praia da Ribeira, em Cascais, durante a noite do primeiro sábado de setembro e guardassem duas vezes por ano o castelo de Sintra. A pedido de Henrique Manuel de Vilhena, de forma a evitar o despovoamento da região, a 15 de novembro de **1385** D. João I também isentou os moradores de Cascais de servir nas galés do almirantado e outras, no caso de as armadas serem de seis ou menos galés. Já a 18 de junho de **1426** eximiria os pescadores de possuírem cavalos e armas e de responderem à revista e a alardos, se pescassem pelo menos durante oito meses por ano. Anote-se, por fim, que a 18 de agosto de **1446**, D. Álvaro de Castro – donatário de Cascais desde 1441 e conde de Monsanto, a partir de 1460 – receberia de D. Afonso V plenos poderes para armar navios destinados a combater os corsários que ainda continuavam a atacar o litoral.

PARA SABER MAIS

MARQUES, A. H. de Oliveira - Para a história do concelho de Cascais na Idade Média. *Arquivo de Cascais : boletim cultural do município*. Cascais : Câmara Municipal. N.º 6 (1987) p. 13-40
MARQUES, A. H. de Oliveira - Para a história do concelho de Cascais na Idade Média : *II. Arquivo de Cascais : boletim cultural do município*. Cascais : Câmara Municipal. N.º 7 (1988) p. 37-46
RAMALHO, Margarida ; CARDOSO, Guilherme ; CABRAL, João - Cascais na época dos descobrimentos. *Um olhar sobre Cascais através do seu património*. Cascais : Câmara Municipal : Associação Cultural de Cascais, 1989. 3 vol.
SOUTO, Henrique ; MARTINS, Luís Sousa - *Cascais : tradição e indústria nas pescas*. Cascais Câmara Municipal, D. L. 2009-. vol. ISBN 978-972-637-217-2

Cascais,
c. 1530

Na primeira metade do século XV a pesca continuava a constituir a principal fonte de receita da vila, contribuindo para a prosperidade do senhor de Cascais, que sucessivamente ampliou o seu palácio no recinto amuralhado. Ainda hoje as armas dos Castro se mantêm na torre do castelo na Rua Marques Leal Pancada, cujo arco deve ter sido aberto já no século seguinte, de forma a facilitar o acesso aos moradores, impondo, então, a Rua dos Navegantes como novo eixo viário da vila.

Reconhecia-se, desta forma, que o castelo, densamente habitado, já não cumpria as funções militares, tanto mais que em **1488** D. João II ordenara a construção, na Ponta do Salmodo, da «**Torre de Cascais**, com sua cava, com tanta e tão grossa artilharia», que cedo se transformou na principal fortificação da vila. Esta estrutura, de transição entre o castelo medieval e a fortaleza abaluartada, encontra, pois, a sua principal mais-valia na localização junto ao mar, razão pela qual veio a ser conhecida por Torre de Santo António, por então assim se designar toda a costa até ao Estoril.

O movimento de barcos na enseada e porto aumentou no período inicial dos Descobrimentos, vindo o nome Cascais a ser utilizado, em 1484, por Diogo Cão, para batizar uma montanha e aldeia a 80 quilómetros a norte da foz do rio Zaire, na costa de Cabinda. A 10 de julho de 1499, a vila também assistiria ao desembarque de Nicolau Coelho, o primeiro capitão da armada de Vasco da Gama a chegar da Índia, no intuito de se deslocar até Sintra para informar D. Manuel I da boa nova.

A representação mais antiga que se conhece do litoral de Cascais parece remontar à década de **1530**, ainda que apenas tenha sido editada em 1572, por Georg Braun e Frans Hogenberg, no primeiro volume de *Civitates Orbis Terrarum*. Em primeiro plano, sobre o esporão rochoso, destaca-se a Torre de Santo António, secundada pelo castelo medieval, junto ao qual se representa o casario extramuros, que parece tender a formar um rossio (a futura Praça 5 de Outubro?), cujas construções ladeiam a margem direita da Ribeira das Vinhas, não representada na imagem. As sete torres do castelo eram apoiadas, junto à Praia da Ribeira, por uma barbacã que defendia a única porta da muralha que se desenha. Já na torre sul se acoplavam duas construções, provavelmente as casas do senhor de Cascais, que viriam a ser ampliadas, mercê da riqueza gerada pelo porto, que a presença de três embarcações ancoradas atesta. Para além da Igreja (de Santa Maria?), protegida pelas muralhas, é igualmente representada, fora de portas, a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, ainda que com orientação distinta da atual.

PARA SABER MAIS

RAMALHO, Margarida ; CARDOSO, Guilherme ; CABRAL, João - Cascais na época dos descobrimentos. *Um olhar sobre Cascais através do seu património*. Cascais : Câmara Municipal : Associação Cultural de Cascais, 1989. 3 vol.
BOIÇA, Joaquim M. F. ; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de ; RAMALHO, Margarida de Magalhães - *As fortificações marítimas da Costa de Cascais*. Lisboa : Quetzal, 2001. 233 p. ISBN 972-564-509-X

Foral de Cascais,

1514

A 15 de novembro de **1514** D. Manuel I concedeu a Cascais o seu primeiro **foral**, uma vez que desde 1364 se regia pelo foral de Sintra, datado de 1154, pois «por a dita vila de Cascais ser àquele tempo de seu termo, passaram os ditos forais com seu foro à dita vila de Cascais». A produção deste documento regulador da vida municipal outorgado pelo monarca inseriu-se nas reformas então implementadas que, invocando o arcaísmo dos forais em vigor, contribuíram para a centralização do poder régio, ao nível jurídico, político e fiscal. Desta forma, «mandamos que todas as coisas neste foral que nós pomos por lei se cumpram para sempre, do teor do qual mandámos fazer três, um deles para a câmara da dita vila de Cascais, outro para o senhorio dos ditos direitos, outro para a nossa torre do Tombo, para em todo o tempo se poder tirar qualquer dúvida que sobre isso possa sobrevir».

Refira-se, por curiosidade, que o texto do foral de Sintra apenas é conhecido por certidão passada a 5 de setembro de 1472, a requerimento dos oficiais e homens bons de Cascais, por quem fora solicitada uma cópia do foral do seu concelho.

PARA SABER MAIS

MONOGRAFIA DE CASCAIS. Dir. Ferreira de Andrade - Cascais : Câmara Municipal, 1969. 276, [5] p., [5] f. mapa, fotogr., estampas

O Farol da Guia já funcionava em

1537

Em **1527** viviam 172 vizinhos na vila e 310 no termo, o que deve corresponder a cerca de 700 a 1 000 habitantes em Cascais e 1 200 a 1 900 no resto do concelho. Ainda hoje é possível apreciar vestígios dessa época em alguns prédios dispersos pela antiga malha urbana da vila, na Capela de S. Sebastião ou na Ermida de Nossa Senhora da Guia, com portal manuelino tardio e lápide tumular de 1577. Também os elementos arquitetónicos reaproveitados na Igreja de Alcabideche comprovam a sua vetusta fundação, à semelhança dos fechos de abóbodas da Igreja de S. Domingos de Rana. Destaque-se, ainda, a Capela de Nossa Senhora da Conceição da Abóboda, que preserva a mais bela pedra armoriada do concelho, datada de 1529, assim como a Igreja e Convento de Santo António do Estoril, fundada em 1527 pelos frades franciscanos sobre a ermida de S. Roque, com sepultura de Roque Lopes, piloto da Carreira das Índias e outras pedras tumulares datadas dos finais do século XVI.

O **Farol da Guia**, que pertencia à irmandade com o mesmo nome, já existia em **1537**, de forma a avisar os navegantes dos perigos da costa. Esta estrutura é também mencionada por Damião de Góis, em 1554, que descreve o porto de Cascais como o local «onde as naus de carga, ancoradas em porto amplo e seguro, esperam a maré e monção», não obstante as notícias de naufrágios que perpassam a história da região.

PARA SABER MAIS

CABRAL, João ; SANTOS, Conceição - *Patrimónios de Cascais : exposição*. Cascais : Câmara Municipal, D. L. 2003. 180 p. ISBN 972-637-117-1
FIALHO, António ; FREIRE, Jorge - *Cascais na rota dos naufrágios : Museu do Mar - Rei D. Carlos : catálogo*. Cascais : Câmara Municipal, 2006. 16 p. ISBN 978-972-637-167-0

Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Cascais, fundada em

1551

O reforço dos laços sociais conduziu à fundação de confrarias ou irmandades que se afirmaram enquanto associações de socorros mútuos, de cariz material e/ou espiritual. Ainda que tenhamos notícia da existência, pelo menos desde 1429, de uma Confraria do Hospital de Santa Maria de Cascais, assim como da Confraria de Nossa Senhora do Socorro, constituída em data por ora desconhecida, que geria o Hospital dos Mareantes e Pescadores, a 11 de junho de **1551**, tendo por inspiração a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, os cascalenses procurariam debelar as suas carências ao nível assistencial e da saúde por meio da instituição da **Santa Casa da Misericórdia de Cascais**.

O seu principal objetivo era a prática das catorze obras de misericórdia, espirituais e corporais, entre as quais constavam remir os cativos, visitar os presos, curar os enfermos, cobrir os nus, dar de comer aos famintos, dar de beber aos que têm sede, dar pousada aos peregrinos e pobres e enterrar os finados. A confraria afirmou-se, assim, como uma associação de devotos com vista ao estabelecimento de laços de **solidariedade**, que se estendia, também, à comunidade mais carenciada, em especial aos navegantes doentes e pobres, como o denuncia, por exemplo, a licença para esmolar em Cascais, concedida pelo Arcebispo de Lisboa, em 1561, ou a anexação do hospital da vila, em 1587.

Inicialmente sedeada na Capela de Santo André, a irmandade foi dirigida desde a fundação por uma Mesa, a que presidia um provedor. Todos os irmãos que integravam a confraria deveriam ser «homens de boa consciência, tementes a Deus, modestos, caritativos e humildes», servidores dos pobres e dotados dos meios suficientes para a servir nas suas obras. Desta forma, em 1698 a Misericórdia de Cascais já se compunha de 300 irmãos, metade dos quais eram «homens do mar» e os restantes «da terra», número elevado para uma vila, quando comparado com os registos constantes em compromissos de outras Misericórdias, nomeadamente de cidades.

Foi de Cascais que, a 17 de agosto de 1574, D. Sebastião enviou uma carta ao Papa para o informar da sua resolução de ir ao Algarve para «mandar proceder nas coisas de África». Neste contexto, em junho de **1578** desembarcariam na vila 3 000 soldados alemães que contratara, partindo depois com o rei para o norte de África, onde se veio a travar a batalha de Alcácer Quibir, cujo desaire implicaria, a curto prazo, a perda da independência nacional.

PARA SABER MAIS

FERRÃO, Isabel - *Património histórico da Santa Casa da Misericórdia de Cascais*. Cascais : Câmara Municipal : Santa Casa da Misericórdia, 1998. 40 p. ISBN 972-637-059-0

Representação da invasão de Cascais, **1580**

Na madrugada de 30 de julho de **1580**, o exército espanhol, comandado pelo **Duque de Alba**, desembarcou nas imediações do cabo de Sanxete, atacando Cascais, a fim de conquistar Lisboa para colocar Filipe II no trono de Portugal. A resistência, que contava com cerca de 1 500 homens mal preparados e pouco apetrechados, revelou-se, desde logo, ineficaz, em grande parte pelo facto de o local escolhido para o desembarque a ter surpreendido e desorganizado.

A fortaleza que defendia a vila foi tomada no dia seguinte, entre pilhagens não controladas, cuja violência foi duramente punida, com a destituição de oito capitães, diversas penas de morte e o envio de homens para os remos das galeras de Santa Cruz. A 2 de agosto, **D. Diogo de Meneses**, general supremo das tropas lusas por nomeação de D. António, Prior do Crato, era degolado, numa cerimónia destinada a demonstrar aos portugueses qual o destino dos adversários de D. Filipe...

O exército invasor avançou, depois, até S. Julião da Barra, deixando uma pequena guarnição em Cascais e outras tropas no vasto areal de Santo António do Estoril, no intuito de proteger o flanco de um possível golpe das forças navais portugueses. Ao fim de dois dias de cerco, a fortaleza capitulou, entregando-se, em seguida, a Torre de Belém. Desta forma, até ao início do inverno, **D. Filipe II** conseguiria arrebatar a coroa portuguesa, visitando, mesmo, Cascais em 1581.

A região seria alvo de outros ataques que resultaram em destruição e prejuízos de vulto. A 19 de maio de **1587** uma esquadra de navios ingleses comandados por Drake atacou a vila, ainda que não tivesse conseguido desembarcar, na sequência de renhida refrega com a fortaleza. Também em **1589**, D. António – gorada a tentativa de desembarque em Peniche, com o apoio do exército inglês, naquela que foi a sua derradeira tentativa de conquista do trono português – tomaria Cascais, que saqueou violentamente e incendiou.

PARA SABER MAIS

ALVES, Ivone Correia - *D. Diogo de Meneses : 02 de Agosto de 1580 : morte em Cascais*. Cascais : Câmara Municipal, 2010. 43, [1] p. ISBN 978-972-637-221-9
ANDRADE, Ferreira de - *Cascais vila da Corte : oito séculos de história*. Reimp. em fac-símile. Cascais : Câmara Municipal, 1990. [4], 496, 58 f. il., [CIII] p. ISBN 972-637-018-3

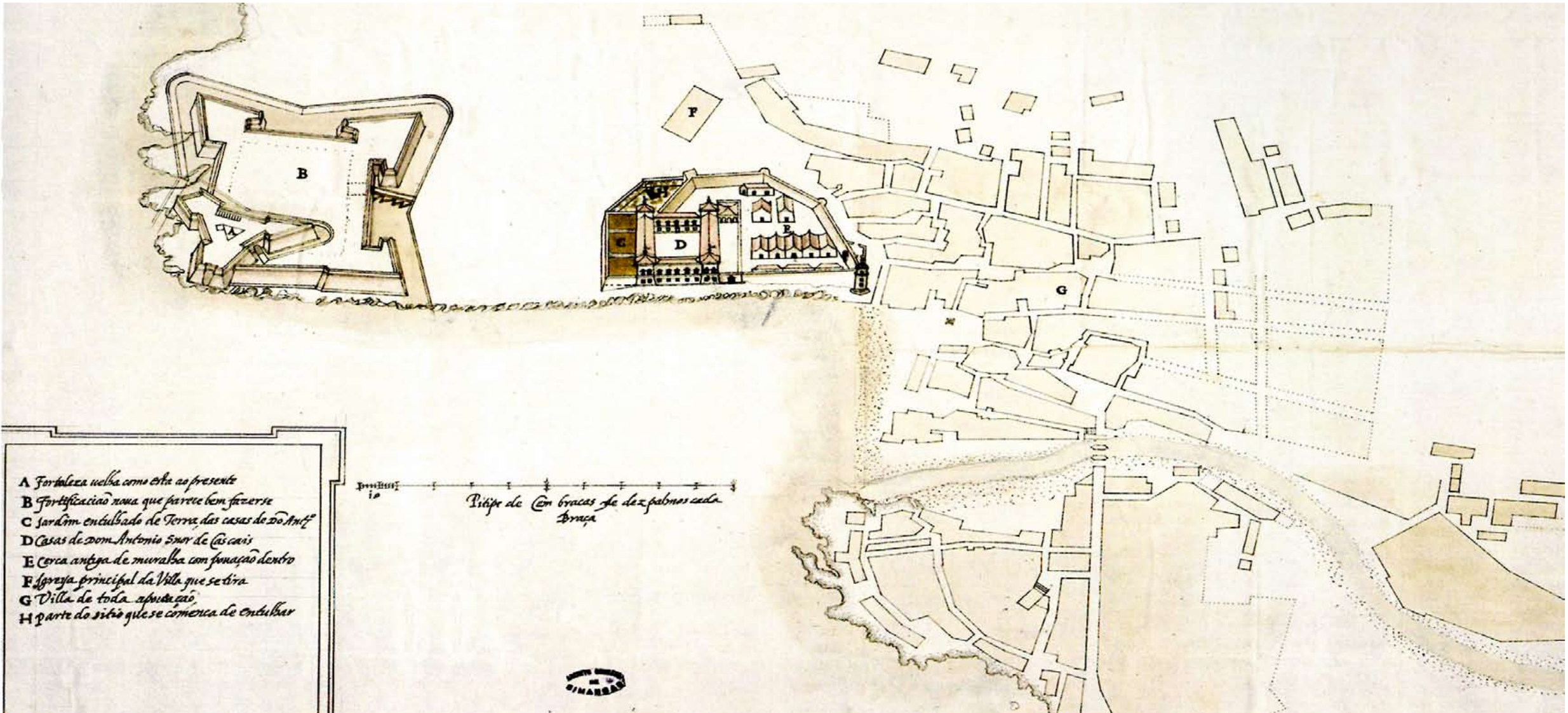
Cascais,
1594

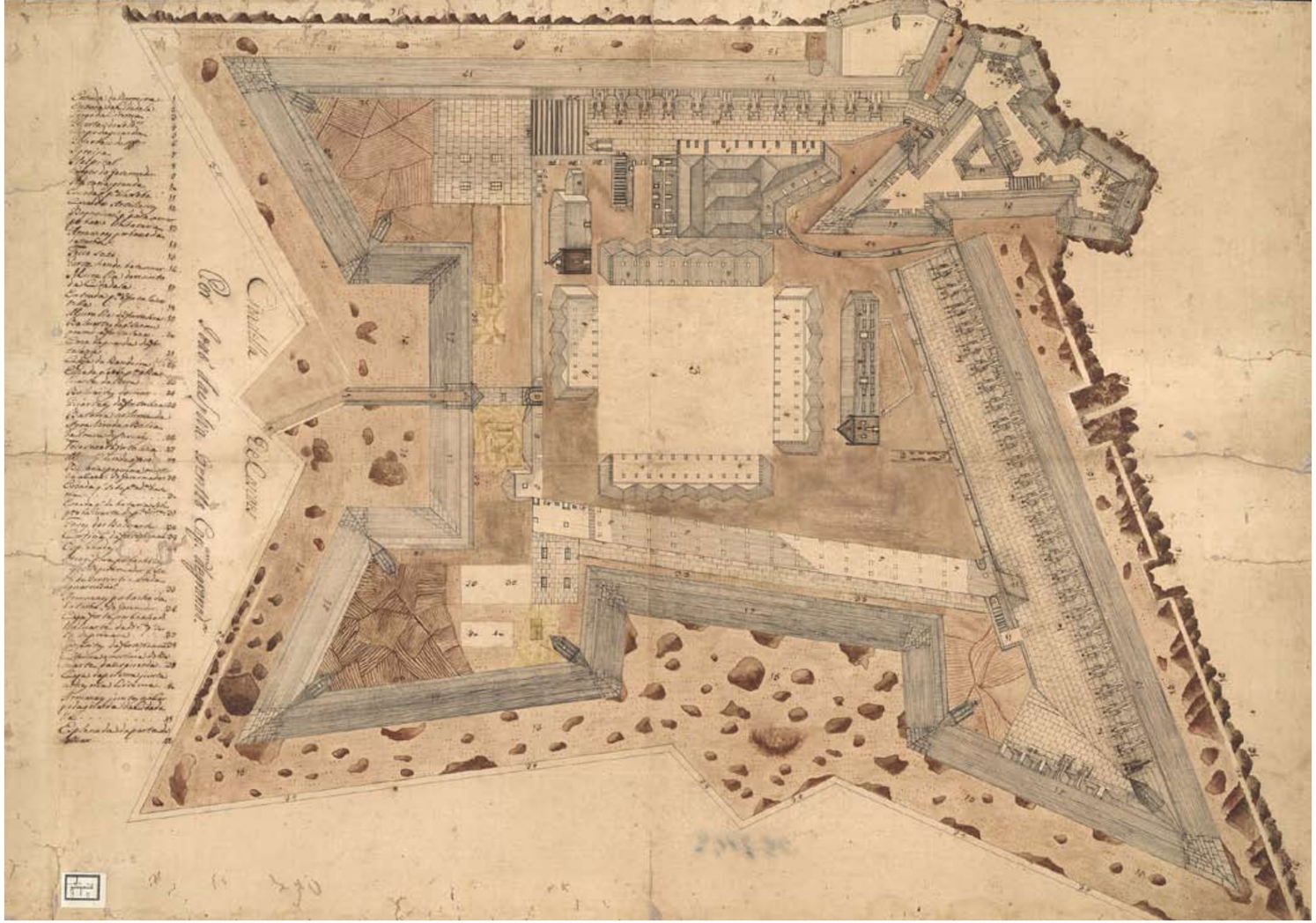
Consciente das deficiências defensivas da região, denunciadas pelo sucesso da campanha do Duque de Alba e da arremetida de 1589, **D. Filipe I** ordenaria a Frei Vicenzio Casale o levantamento da planta de Cascais e de uma carta da costa até S. Julião da Barra. Em fevereiro de **1590** já o rei recebia o documento que solicitara, tendo por base o decalque de um desenho do Capitão Fratini desse mesmo ano. Cascais é também representada em cartas datadas de 22 de janeiro e 3 de outubro de 1594, a última das quais da autoria de Filipe Terzio, sucessor de Casale.

Todos estes desenhos se inserem no projeto de reforço das capacidades defensivas da Torre de Santo António, de cujo abaluartamento resultaria a **Fortaleza de Nossa Senhora da Luz**, de traçado triangular, pouco comum no nosso país, que veio a ser integrada, depois de 1640, na Cidadela de Cascais. Proceder-se-ia, ainda, à construção da **Fortaleza de Santo António do Estoril**, nas imediações do futuro S. João do Estoril, cujo projeto, também gizado por Casale, remonta igualmente a 1590.

PARA SABER MAIS

BOIÇA, Joaquim M. F. ; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de ; RAMALHO, Margarida de Magalhães - *As fortificações marítimas da Costa de Cascais*. Lisboa : Quetzal, 2001. 233 p. ISBN 972-564-509-X
RAMALHO, Margarida de Magalhães - *Fortificações marítimas*. Cascais : Câmara Municipal, D.L. 2010. 74, [5] p. ISBN 978-972-637-226-4





Cidadela de Cascais, cuja construção se efetivou a partir de

1641

Após a **Restauração** da independência nacional, em 1640, os portugueses investiram na fortificação da região pela qual se processara a investida que lhes havia custado o trono durante seis décadas. Sob a direção de D. António Luís de Meneses, **Conde de Cantanhede** – que fora encarregado da defesa da barra do Tejo, principal porta de acesso à capital – ampliaram-se e restauraram-se as fortificações existentes, levantando-se, ainda, mais de uma dezena de baluartes entre o Guincho e Carcavelos, de que os Fortes de S. Jorge de Oitavos e de Santa Marta, hoje musealizados, constituem importantes exemplos.

De entre as estruturas então construídas importa destacar a **Cidadela de Cascais** que, agregando a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, reforçou consideravelmente a defesa deste ponto estratégico da costa. Na verdade, apesar de o projeto de alargamento remontar ao período filipino, apenas parece ganhar fôlego a partir de 1641, sob a direção de Simão Mateus e depois de Philipe Guitau, a quem se sucederam João Pascásio Cosmander e Nicolau de Langres. Não obstante em 1675 as suas muralhas continuarem em construção, o conjunto de novas fortificações que então se decidiu edificar foi maioritariamente concretizado até ao final da década de 1640, em face da simplicidade estrutural adotada.

A futura Cidadela recebeu, ainda durante as obras de (re)construção, três companhias dos regimentos da Corte que, na segunda metade do século XVII já contavam com 400 homens. Em 1764 o Regimento de Cascais era formado por dois batalhões de 14 companhias com 55 efetivos, vindo a participar, em 1793-95, nas campanhas do Rossilhão e Catalunha, acompanhado da imagem de Santo António, que ainda hoje se venera em Cascais. Em 1806 passou a ser designado por **Regimento de Infantaria 19**. Quatro anos depois, defenderia bravamente a causa nacional na Batalha do Buçaco, a que se seguiram muitas outras vitórias até à capitulação de Napoleão, que lhe valeram, a 4 de setembro de 1814, um apoteótico regresso a Cascais.

PARA SABER MAIS

BOIÇA, Joaquim M. F. ; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de ; RAMALHO, Margarida de Magalhães - *As fortificações marítimas da Costa de Cascais*. Lisboa : Quetzal, 2001. 233 p. ISBN 972-564-509-X
BOTELHO, Afonso - *Os regimentos de Cascais*. Cascais : Câmara Municipal, 1964. 48 p.
PORTUGAL. Estado-Maior do Exército. Direção de Documentação e História Militar - *Cidadela de Cascais : (pedras, homens e armas)*. COSTA, António José Pereira da, investig. Lisboa : D.D.H.M., 2003. 481 p. ISBN 972-8347-02-2
RAMALHO, Margarida de Magalhães - *Fortificações marítimas*. Cascais : Câmara Municipal, D.L. 2010. 74, [5] p. ISBN 978-972-637-226-4

No dia 1 de novembro de **1755** um violento **terramoto**, de intensidade IX ou X na escala de Mercalli (1911), devastou o concelho de Cascais. De acordo com Frei António do Espírito Santo, que descreveu no ano seguinte os efeitos do cataclismo na vila, o tremor de terra iniciou-se pelas nove horas e quinze minutos, fazendo-se sentir por nove minutos e transformando «a grande povoação [em] um insensível e frio cadáver do que havia sido e uma desfeita cena do que já não era».

Em 1758, o Cura da Ressurreição de Cristo, António Inácio da Costa Godinho, não hesitaria registar que «de todas as terras foi esta a que experimentou maior ruína», pois todos os edifícios do concelho sofreram com o abalo, como as Igrejas da Ressurreição, da Assunção e da Misericórdia e o Convento de Nossa Senhora da Piedade, em Cascais, o Convento de Santo António, no Estoril, ou as Igrejas de S. Domingos de Rana, de S. Vicente de Alcabideche e de Nossa Senhora dos Remédios, em Carcavelos. Na verdade, nem mesmo os locais de culto escaparam à hecatombe, que muitos acreditaram ser castigo divino...

Ao terramoto seguiu-se o **maremoto**, avançando o oceano terra adentro por várias vezes, para desgraça dos sobreviventes. Para além de centenas de **feridos**, registaram-se, então, oficialmente, duzentas e duas **mortes** no concelho, sobretudo nas paróquias da vila, número significativo se pensarmos que em 1736 apenas existiam 5 109 habitantes.

Três anos depois do fatídico dia, as marcas da hecatombe persistiam, pois «a vila toda ficou arruinada até ao chão. Não há casa que ou não caísse em terra ou não ficasse abalada e ameaçando ruína. Os templos, a ponte, a Cidadela e seus quartéis, tudo está demolido e feito em pó. A maior parte da vila habita ainda em barracas [...], a ponte está com um só arco em pé e se não passa por ela e tudo em a última ruína, sem que se reparasse ainda nada». Eis o retrato da destruição de Cascais, na perspetiva de Manuel Marçal da Silveira, Reitor de Nossa Senhora da Assunção, paróquia sedeada na atual Igreja Matriz, que parece suceder à de Santa Maria, identificada por A. H. de Oliveira Marques.

Ainda que a posteriori, ficou também a dever-se ao terramoto o desaparecimento da segunda paróquia de Cascais: a da Ressurreição de Cristo, fundada na sequência do desenvolvimento da margem esquerda da Ribeira das Vinhas. Apesar dos sacramentos de matrimónio e baptismo continuarem a ser ministrados na arruinada Igreja da Ressurreição até 1782, passariam, depois, a realizar-se na Igreja da Misericórdia, onde se mantiveram até 17 de maio de 1840, data em que se registou o termo de encerramento

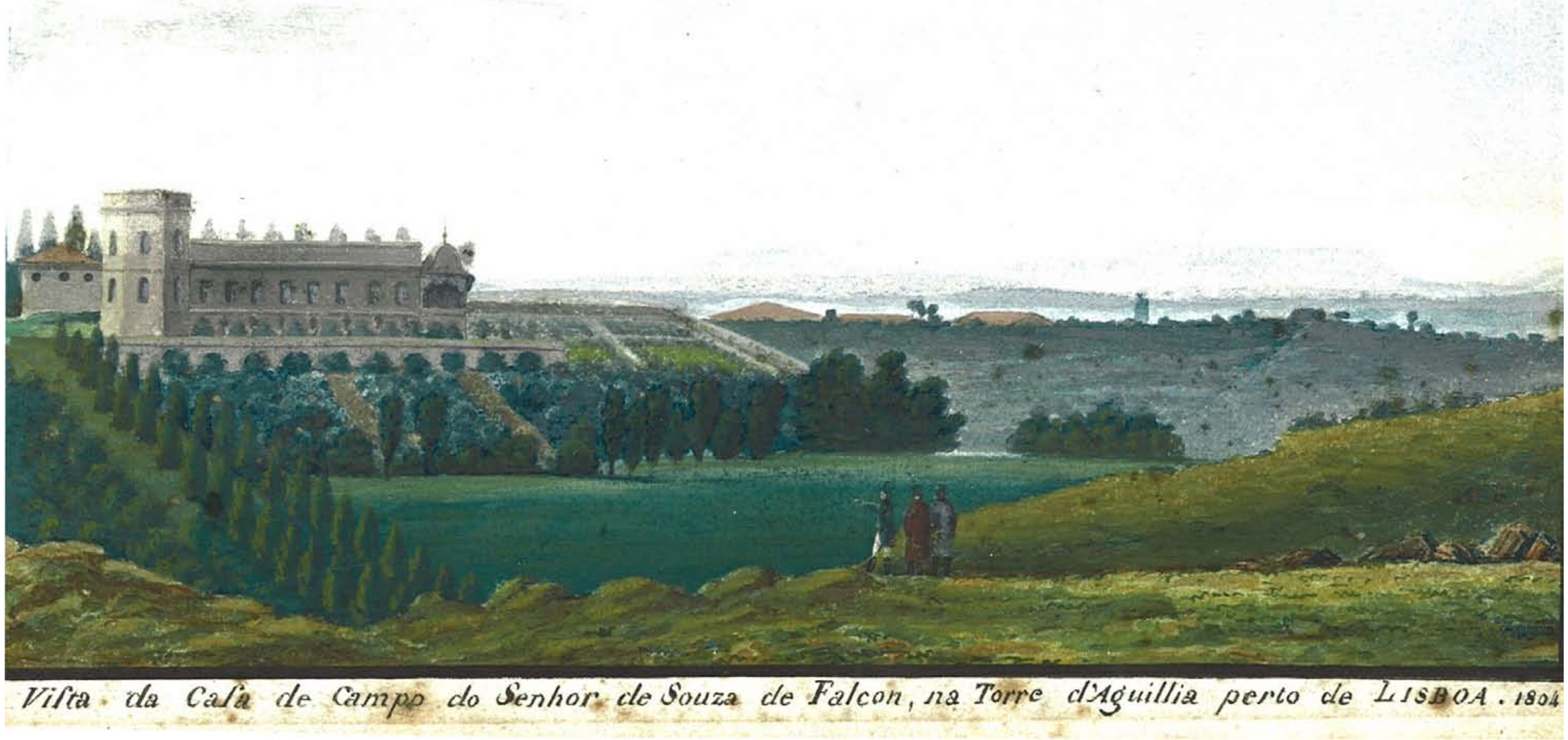
Representação de Cascais posterior ao terramoto de **1755**

da paróquia e a sua agregação à de Nossa Senhora da Assunção, que desde então se passou a designar por Paróquia de Nossa Senhora da Assunção e Ressurreição de Cristo.

Os últimos vestígios da destruição provocada pelo terramoto só desapareceram definitivamente da malha urbana na primeira metade do século XX, como foi o caso dos escombros do Palácio dos Marqueses de Cascais até darem lugar à casa do Conde de Monte Real, junto à curva da atual Avenida D. Carlos I.

PARA SABER MAIS

ANDRADE, Ferreira de - *A vila de Cascais e o terremoto de 1755*. Cascais : Junta de Turismo de Cascais, 1956. [35], 14 p. il
HENRIQUES, João Miguel - *Cascais em 1755 : do terramoto à reconstrução*. Coord. António Carvalho. Cascais : Câmara Municipal, D.L. 2005. 263 p. ISBN 972-637-154-6



Quinta da Torre da Aguilha,

1804

Como já se registou, o concelho, tal como fora primitivamente constituído, englobava, pelo facto de avançar até à Ribeira da Laje, uma pequena parte do reguengo de Oeiras, que acabaria por adquirir estatuto próprio. Por alvará de 11 de agosto de 1759, o reguengo de a par de Oeiras, já conhecido por Bucicos, seria associado a outras áreas do território do concelho de Cascais para a formação da vila de **Carcavelos**, não obstante se manter sob a alçada da donatária de Cascais. Recuaram, assim, até à «Ribeira de Carcavelos» os confins da extremidade oriental do concelho, que perdeu as povoações do Arneiro, Carcavelos, Rebelva, S. Domingos de Rana e Sassoeiros, assim como a Torre da Aguilha e restantes lugares entre a mesma ribeira e a foz do Tejo.

O projeto foi decerto gizado por Sebastião José de Carvalho e Melo, já então **Conde de Oeiras** e grande proprietário em Bucicos, a quem interessava libertar a região do jugo alheio, sobretudo no tocante à cobrança dos tributos, tanto mais que por carta régia de 13 de julho desse ano conseguira garantir, para seu benefício, a constituição do concelho de Oeiras. Na sequência da morte da última donatária de Cascais e Carcavelos, D. Ana José Maria da Graça de Meneses e Castro, a 7 de setembro de 1762, a Coroa apoderar-se-ia das duas vilas, aproveitando a oportunidade para extinguir, por alvará de 9 de abril de 1764, a de Carcavelos e anexar o seu território a Oeiras. Poucos dias antes, a 5 de abril de 1764, assistira-se à independência jurídica do concelho de Cascais, com a nomeação do **primeiro juiz de fora**, com atribuições semelhantes às de presidente do município.

PARA SABER MAIS

MIRANDA, Jorge ; CARDOSO, Guilherme ; TEIXEIRA, Carlos A. - *Registo fotográfico de Carcavelos e alguns apontamentos histórico-administrativos*. 2ª ed. Cascais : Câmara Municipal, 2001. 208 p. ISBN 972-637-080-9

Quinta
de Caparide,
c. 1900

A **agricultura** constituiu, durante séculos, a principal atividade dos habitantes do concelho, ainda que pareça ter-se ressentido de algum atraso na adoção de novas técnicas e da tendência para o excessivo emparcelamento das terras de cultivo, a que Martinho Pereira Coutinho ainda se referiria em 1900. De natureza geológica diversa, os terrenos geravam searas consideráveis, «como prova o facto deles produzirem razoavelmente, mal trabalhados, com um arado rudimentar e sem estrumes ou quase, logo que o ano corra favorável, isto é, logo que não escasseie muito a humidade». O maior obstáculo à atividade era, assim, a secura de que se ressentiam durante o estio, agravada pelo deficiente abastecimento de água, visto que a maioria das ribeiras quase secava. Desta forma, apesar de algumas nascentes permitirem o funcionamento de azenhas no inverno, muitas propriedades tinham de recorrer a engenhos, como as noras, os estanca-rios e as cegonhas ou picotas, a que se juntariam também os moinhos de vento.

A atividade revelava-se, pois, de baixo rendimento e técnica e tecnologicamente deficitária, pelo que a produção não supria sequer as necessidades de consumo internas. Na realidade, nem mesmo a lavra do **trigo**, a mais relevante do concelho, pareceu satisfazer a procura, o mesmo sucedendo com a da cevada, de produção menos significativa, porque cultivada em terrenos de qualidade inferior, para ração. Também o milho era considerado secundário, à semelhança de outras culturas tradicionais, casos da aveia, do centeio e da fava. Escasseavam igualmente as hortas, que, por necessitarem de muita água, eram sobretudo plantadas em quintas, perto dos vales mais frescos e junto a terras abastecidas por ribeiros ou servidas por poços, como os pomares.

A vinha constituía a cultura mais emblemática do concelho, pela fama do **vinho de Carcavelos**, conhecido desde os finais do século XVIII por «Lisbon Wine», cuja produção se concentrava, de acordo com o mesmo autor, «nas colinas suaves ou lombos, que se estendem próximos do mar, junto ao lugar de Carcavelos, mas [também] numa área mais extensa, [...] junto aos lugares da Parede, Murtal, Livramento e Galiza». Viria a ser fortemente afetada pelo oídio, que, detetado em Portugal ainda em 1852, produziu avultados estragos nos seis anos seguintes, à semelhança da floxera, desde 1885. Procedeu-se, desde então, à replantação com videiras americanas, que o míldio não poupou em 1893, secando quase toda a parra da vinha e deteriorando a colheita, em termos de quantidade e qualidade. Em 1900 já se estimava, contudo, um aumento da produção, ainda que se advogasse uma seleção mais escrupulosa dos garfos, castas e cepas. Pouco depois, por carta de lei de 18 de setembro de 1908, definir-se-iam os princípios gerais da sua produção e comercialização, que seria fortemente penalizada pela urbanização da região, a que adiante nos referiremos.

PARA SABER MAIS

COUTINHO, Martinho de França Pereira - *A cultura no concelho de Cascaes*. Lisboa : Typ. e Lithographia de A. F. Barata, 1900. 102 p. Dissertação inaugural apresentada ao Conselho Escolar do Instituto de Agronomia e Veterinária
PEREIRA, Ana Duarte Baptista – *A vinha e o vinho em Carcavelos*. Cascais : Câmara Municipal, 2007. 199 p. ISBN 978-972-637-175-5

Caparide,
c. 1900

À atividade agrícola associa-se a figura do **saloio** – minuciosamente estudada por Maria Micaela Soares – com fortíssima implantação nas freguesias de Alcabideche e de S. Domingos de Rana, que representavam a maior extensão rural do concelho. Por saloio entende-se genericamente o camponês que, arreigado à terra há gerações, se encontrava no termo de Lisboa à data da sua conquista por D. Afonso Henriques e que ao longo de gerações desenvolveu uma cultura própria, traduzida nos seus costumes, crenças, linguagem e vestuário. O saloio foi, assim, o herdeiro da tradição árabe do amanho da terra, a que viria a ser roubado em meados do século XIX, em função do surto de desenvolvimento do litoral, para passar a dedicar-se sobretudo à construção civil ou a servir nas casas mais abastadas.

A arquitetura popular, dita saloia, hoje preservada sobretudo no interior do concelho, constitui um testemunho desta importante cultura, que detém núcleo de especial interesse em Manique de Baixo. Solidamente erguido em alvenaria de pedra, o volume cúbico da casa saloia é normalmente rematado com telhado mourisco. Caiada, de um ou dois pisos, encontrava-se quase sempre delimitada por muros de pedra solta ou de alvenaria.

PARA SABER MAIS

CABRAL, João ; SANTOS, Conceição - *Patrimónios de Cascais : exposição*. Cascais : Câmara Municipal, D. L. 2003. 180 p. ISBN 972-637-117-1

CARDOSO, Guilherme ; CABRAL, João - *Povoamento e arquitectura popular na freguesia de Cascais*. Cascais : Junta de Freguesia, 2004. 144 p. ISBN 972-99239-0-6

CARDOSO, Guilherme ; MIRANDA, Jorge ; TEIXEIRA, Carlos A. - *Registo fotográfico de Alcabideche e alguns apontamentos histórico-administrativos*. Alcabideche : Junta de Freguesia, 2009. 468 p. ISBN 978-972-9406-46-1

SOARES, Maria Micaela R. T. - *Saloios de Cascais : etnografia e linguagem*. Cascais : C. M., 2013. 488 p. ISBN 978-972-637-249-3

Canteiros,

c. 1900

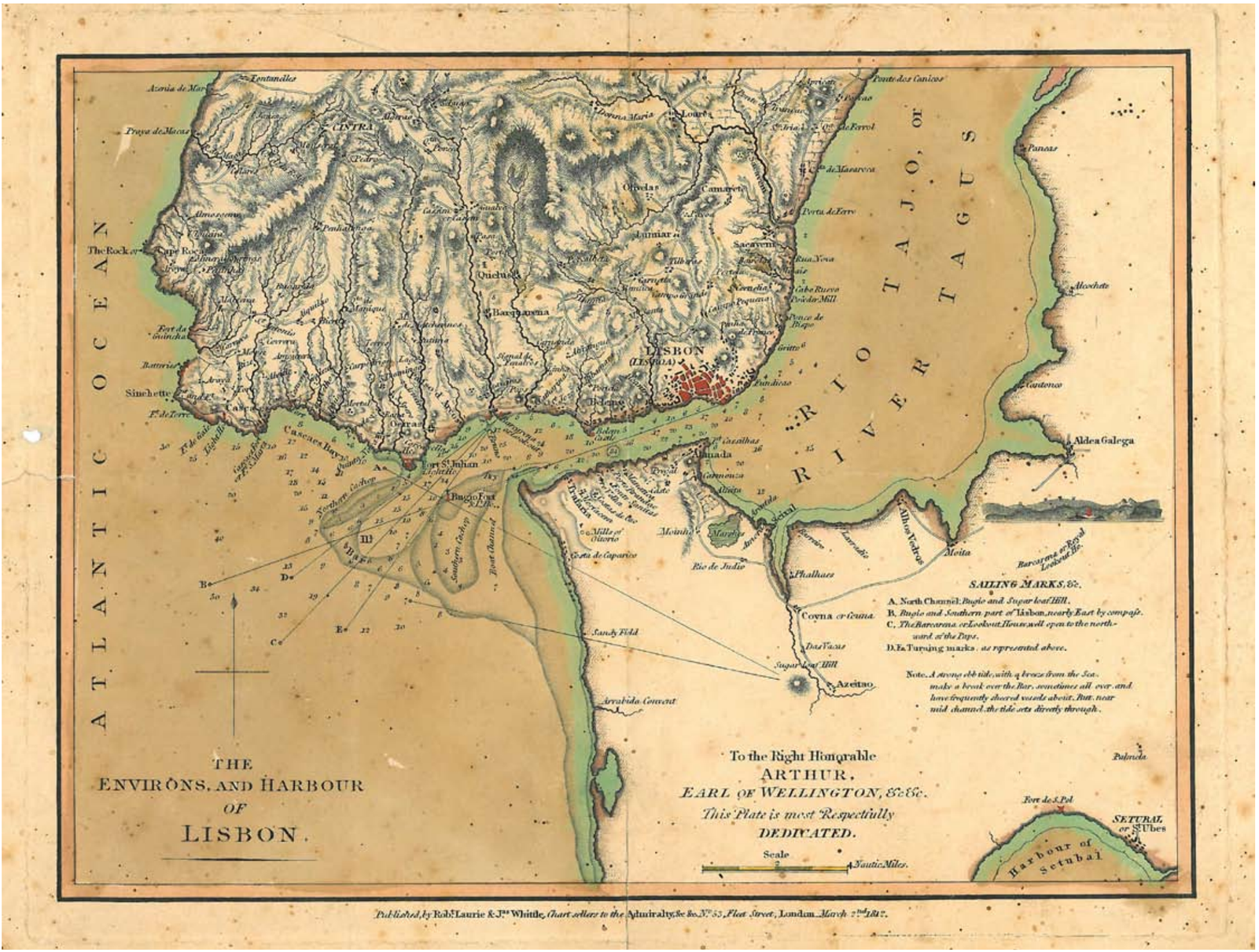
Também a **extração e preparação da pedra** ocupava parte substancial da população, em função da variedade de mármores, pedra de cantaria e de adorno existentes. A beleza e qualidade da matéria-prima da região, como o mármore preto que ornamenta a ara que em 1529 se produziu para a capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Graça, em Lisboa; o mármore que ornamenta a capela da Quinta de Manique, do século XVIII; ou o granito da base do monumento a D. Pedro I, inaugurado em 1965, atestam a continuidade desta atividade ao longo de séculos, erigindo os **canteiros** como uma das principais forças de trabalho do concelho.

Em 1873, Pedro Barruncho anotava que estavam em lavra 26 pedreiras que em cinco anos tinham produzido cerca de 7 324 carradas. Por esta altura, as mais importantes eram as da Cruz d'El-Rei, Cai-Água (atual S. Pedro do Estoril), Parede, Tires, S. Domingos de Rana, Conceição da Abóboda, Abóboda, Fisgas, Murtal e Manique. Já entre as pedras mais afamadas se destacavam o denominado mármore apinhoado de Cascais, cor de mel e com muitos fragmentos de conchas; o mármore busano ou o resistente mármore bastardo, acinzentado, com manchas roxas e brancas.

A figura do canteiro, que José Sabido descreve como a «pessoa que trabalha a pedra em todas as suas vertentes» tenderia a desaparecer, mercê da mecanização, do paulatino esgotamento das pedreiras e, por fim, em função do surto urbanístico das localidades mencionadas, a que adiante nos referiremos. Longe está, assim, o tempo em que, como recorda, «a execução das cantarias era feita manualmente com a ajuda da maceta, escopros de dentes ou lisos, ponteiros, picões, escodas de dentes ou lisas, bojardões e bojardas»...

PARA SABER MAIS

BARRUNCHO, Pedro Lourenço de Seixas Borges - *Apontamentos para a história da villa e concelho de Cascaes*. Lisboa : Typ. Universal, 1873. 162, [1] p.
SABIDO, José Luís Tomé - *Tires, terra de canteiros*. Cascais : Junta de Freguesia de São Domingos de Rana : Associação Cultural de Cascais, 2003. 63 p. ISBN 972-9406-29-4
TEIXEIRA, Carlos A. ; CARDOSO, Guilherme ; MIRANDA, Jorge - *Registo fotográfico da freguesia de São Domingos de Rana e alguns apontamentos histórico-administrativos*. Cascais : Junta de Freguesia de São Domingos de Rana, 2003. 286 p. ISBN 972-9406-27-8



Barra do Tejo,
1812

Em **1774** Francisco Mailhol fundou na vila a **Real Fábrica de Lanifícios de Cascais**. Na década seguinte, sob a sábia administração do seu sócio, Manuel Pereira Guimarães, o empreendimento já prosperava, contando com 500 operários e até reconhecimento internacional, por se impor também como escola de fiação. Não obstante, em 1809, o edifício – que conseguiu manter os seus alicerces até à construção do novo mercado de Cascais, em 1952 – seria adquirido em hasta pública por investidores que se revelaram incapazes de contrariar a decadência de um projeto que em 1816 terminou definitivamente a atividade.

Na noite de 30 de novembro de **1807** Cascais foi ocupado pelas **tropas francesas** de Junot, chefiadas pelo Barão Maurin. Treze dias depois içar-se-ia a bandeira francesa na Cidadela, sob o mais vivo protesto do juiz de fora, por considerar que os franceses se tinham instalado como amigos... Esta situação manter-se-ia até 2 de setembro do ano seguinte, quando, na sequência da assinatura da Convenção de Sintra, que a tradição diz ter sido negociada em Cascais, a esquadra britânica avançou pelo Tejo, para tomar as fortalezas de Cascais, S. Julião e Bugio.

Já em **1809**, por ocasião da construção das Linhas de Torres Vedras, projetadas por Wellesley de forma a impedir o avanço da última invasão francesa sobre Lisboa, se constituiria entre os fortes de S. Domingos de Rana e de S. João das Maias a chamada **3ª Linha de Torres**, com vista a uma eventual evacuação das tropas inglesas, da qual faziam ainda parte mais de uma dezena de fortificações provisórias – os redutos – unidas por linha de trincheiras.

Durante o período das lutas liberais, a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, integrada na Cidadela de Cascais, foi utilizada como prisão dos opositores de D. Miguel, sendo então conhecida como o **Inferninho**, mercê das terríficas condições que propiciava. A decadência da vila, que ainda não se recuperara devidamente do terrível terramoto, acentuou-se com a extinção das ordens religiosas e a retirada do bravo Regimento de Infantaria 19, pelo que a cartografia da época continuou a traduzir de forma expressiva a ruralidade de um concelho que, pontilhado de aldeias cuja população se dedicava maioritariamente à agricultura, parecia, com exceção de Cascais, virar as costas ao oceano...

PARA SABER MAIS

BOIÇA, Joaquim M. F. ; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de ; RAMALHO, Margarida de Magalhães - *As fortificações marítimas da Costa de Cascais*. Lisboa : Quetzal, 2001. 233 p. ISBN 972-564-509-X
GOIS, Maria das Dores Jorge - *A Real Fábrica de Lanifícios de Cascais*. Cascais : Câmara Municipal, 1964. 155, [5] p.

Banhistas na Praia da Ribeira, em Cascais. A deslocação até à vila foi facilitada por novas estradas, em **1864-68**

Apesar de o pioneirismo da utilização das praias do concelho para a prática dos **banhos de mar** parecer dever-se aos religiosos que habitavam no Convento do Estoril e a alguns liberais que haviam sido aprisionados em Cascais durante o miguelismo, o primeiro período de desenvolvimento em função desta moda, assente em pressupostos terapêuticos, processou-se sob a égide de entusiastas como o Visconde da Luz. Os banhos impor-se-iam, depois, enquanto forma de ócio, que lentamente se democratizou, em função do desejo de valorização social da burguesia, atestada, por exemplo, pelo sucesso das excursões por via marítima até à região.

Todavia, a efetiva descoberta das praias de Cascais ocorreria sobretudo em função da reconstrução da **estrada para Oeiras**, entre 1859 e **1864**, pelo empenho do Visconde da Luz, que facilitou o acesso a Lisboa; e da **estrada para Sintra**, concluída em **1868**, por iniciativa de Francisco Joaquim da Costa e Silva. Ainda que o argumento invocado para a sua concretização fosse o das proveitosas relações comerciais estabelecidas entre as três vilas, sedes de concelhos vizinhos, estas vias afirmar-se-iam enquanto suporte do surto de vilegiatura, tempo de repouso desfrutado na estação calmosa, que se apossou do litoral cascalense.

PARA SABER MAIS

HENRIQUES, João Miguel - *Da Riviera portuguesa à Costa do Sol : fundação, desenvolvimento e afirmação de uma estância turística : Cascais, 1850-1930*. Lisboa : Colibri ; Cascais : Câmara Municipal, 2011. 316, [1] p. ISBN 978-989-689-072-8

À semelhança de outras praias da margem norte da barra do Tejo, a frequência de Cascais revelou-se de cariz elitista, alcançando, mesmo, pela primeira vez, em setembro de **1867**, o estatuto de praia da Corte, pela preferência que lhe foi concedida pela **Rainha D. Maria Pia** e, depois, pelo **Rei D. Luís**. Para além do Passeio (hoje Jardim) Visconde de Nossa Senhora da Luz, onde o contacto com a natureza servia de argumento para a convivência, a vila passou a dispor, a partir de 1869, do Teatro Gil Vicente, florescendo, desde então, as primeiras associações, de que a Sociedade Filarmónica Cascaense constitui o primeiro exemplo conhecido e à qual se seguiram muitas outras, nos domínios recreativo, humanitário, desportivo e cultural. Apesar de nesse ano já laborar o famoso e frequentadíssimo Grande Hotel Lisbonense, a vila debatia-se, ainda assim, com sérias carências ao nível do alojamento, que a afluência de visitantes realçou, forçando a Câmara Municipal a reequacionar o sistema de esgotos, o abastecimento de água, a recolha de lixos, a iluminação pública e até a rede viária.

A estada da Família Real consolidou-se a partir de **1870**, na sequência da conversão da antiga casa do Governador da Cidadela no despretensioso **Paço de Cascais**, onde a Corte se passou a instalar em meados de setembro. Com **D. Carlos**, a entrada oficial na vila processar-se-ia no dia 28 desse mês, data do aniversário do Rei e da Rainha, por um período que se estendia por outubro, até à abertura da temporada do Teatro de S. Carlos.

A *paixão pelo mar* manifestada por D. Carlos conduziu-o, ainda, à promoção de doze **campanhas oceanográficas**, entre **1896** e 1907, imbuído da curiosidade científica da época. Beneficiando da experiência do Príncipe Alberto do Mónaco, com quem trocava correspondência, e do apoio de Albert Girard, foi sucessivamente adaptando barcos de recreio para o efeito, batizando-os de *Amélia (I), II, III e IV*. Prospetava habitualmente na costa da Guia, na foz do Tejo e em Sesimbra, montando, mesmo, na Cidadela de Cascais – fortificação junto à qual já funcionava um marégrafo desde 1882 – o primeiro laboratório de biologia marítima em Portugal, equipado com um sistema de tanques em que mantinha vivas as espécies capturadas por ocasião das suas campanhas, iniciadas em Cascais.

D. Carlos, nadando junto à Praia da Ribeira, que a família real impôs como destino obrigatório, a partir de **1870**

PARA SABER MAIS

COLAÇO, Branca de Gonta ; ARCHER, Maria - *Memórias da linha de Cascais*. Lisboa : Parceria A. M. Pereira, 2013. 377 [2] p., a 2 colns. ISBN 978-972-8645-76-2
RAMALHO, Margarida de Magalhães - *Uma corte à beira-mar : 1870-1910*. Lisboa : Quetzal, 2003. 112 p. ISBN 972-564-588-X

Praia da Ribeira
e Avenida
D. Carlos I,
em Cascais,
c. 1900

Face à escassez de alojamentos dotados das condições exigidas pelos vilegiaturistas, assistiu-se à edificação de novas habitações, que se transformaram em imagens de marca do concelho, impondo-se, então, a chamada **arquitetura de veraneio**, que Raquel Henriques da Silva descreve como «as casas, quase sempre moradias unifamiliares, que foram construídas para uso estival, embora desde sempre algumas delas fossem ocupadas durante todo o ano». Entre os seus primeiros e mais emblemáticos exemplares destacam-se a casa dos Duques de Palmela, projetada em **1871**, e a dos Duques de Loulé, que em 1873 já se encontrava concluída, cujas opções construtivas e decorativas permitem distingui-las das habitações da cidade.

Também a Câmara Municipal procurou conquistar novos espaços públicos, como a Parada, onde se instalaria, a 15 de outubro de **1879**, o **Sporting Club de Cascais**, que recebeu, de imediato, a alta sociedade a banhos, apesar de, desde 1872, o **Casino da Praia**, junto à foz da Ribeira das Vinhas, ter funcionado como centro de reunião da colónia balnear.

Os hotéis em funcionamento não passavam de hospedarias de classe superior, encontrando-se referência a várias unidades. Desta forma, para além do reputado Hotel Lisbonense, também conhecido por Hotel Neto, encontramos notícias acerca do Hotel União, em 1880; do Hotel Central, em 1886; e do Hotel do Globo, em 1888. Alguns destes estabelecimentos eram, contudo, decerto mais antigos, pois já em 1876 Ramalho Ortigão se referira à existência de três hotéis na vila, que paulatinamente se transformou em referência obrigatória dos guias de viagem, como o atesta o *Guide du Voyageur en Portugal*, de **1881**, ao anotar que «Cascais é a Trouville de Portugal: a praia mais bem frequentada durante a *saison*. A família real instala-se habitualmente aqui, transformando-a no *rendez-vous* do *beau monde* da capital»...

PARA SABER MAIS

SILVA, Raquel Henriques da - *Arquitectura de veraneio : Cascais*. Cascais : Câmara Municipal, D.L. 2010. 77, [6] p. ISBN 978-972-637-227-1
SILVA, Raquel Henriques da - *Cascais*. Lisboa : Presença, 1988. 89 p.

Pioneiros do futebol em Cascais,
1888

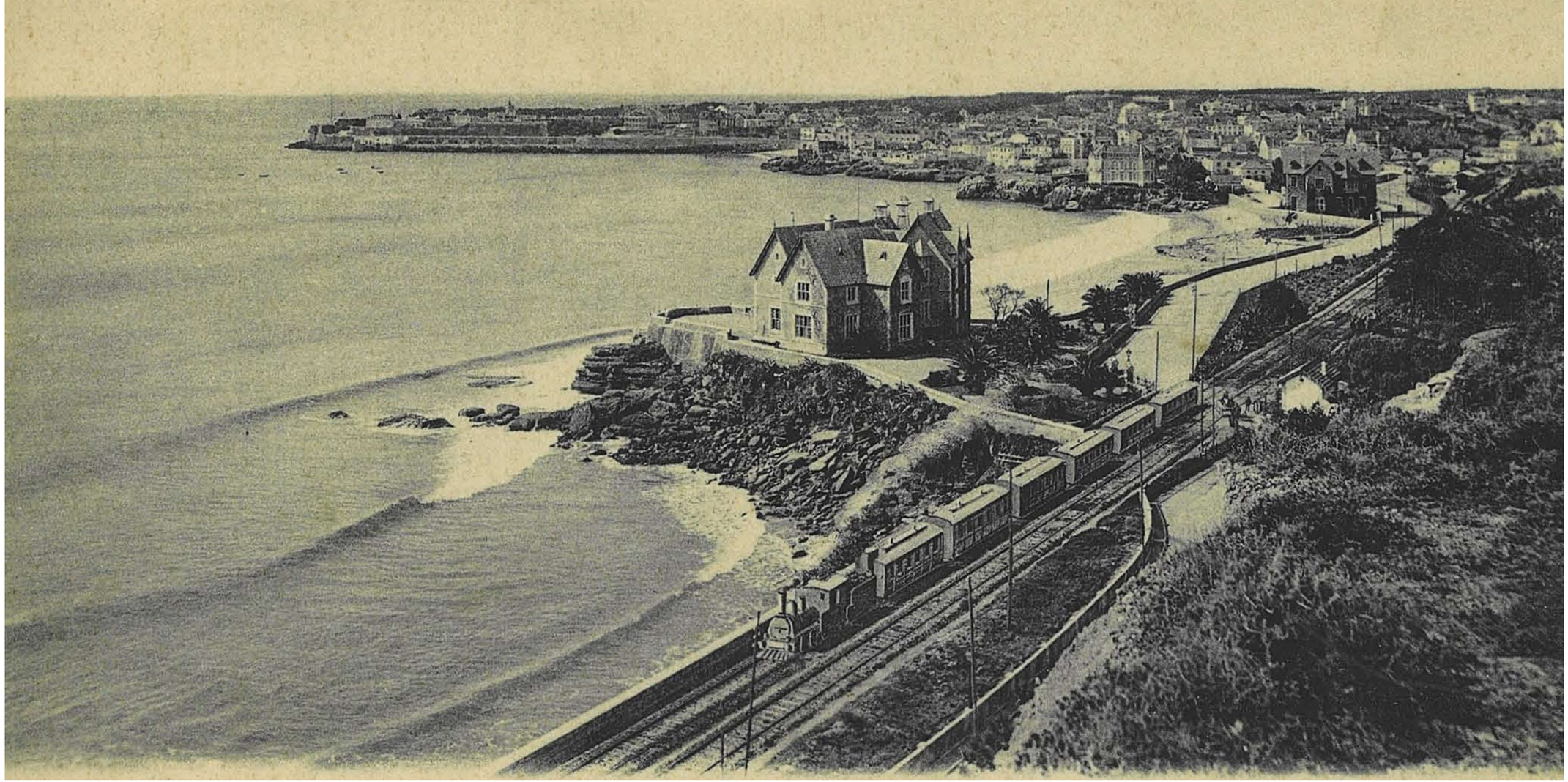
A presença sazonal da Corte na vila permitiu que Cascais se pudesse associar à divulgação de **inovações tecnológicas**, como sucedeu aquando da primeira experiência de **iluminação eléctrica** em Portugal, realizada na Cidadela em **1878**, por ocasião do aniversário de D. Carlos, apontando-se, então, que «o que mais atraiu a atenção das pessoas que aqui vieram ao baile da cidadela foi a luz elétrica que produzia o efeito de um claríssimo dia na entrada, pátios e varandas daquela residência real». Serviu igualmente de mote aos primeiros filmes nacionais, como é o caso de *A Boca do Inferno em Cascais*, de 1896, da autoria de R. Henry Short.

A vila transformou-se também na **capital do lazer**, no período do ano consagrado aos banhos de mar, assumindo protagonismo inusitado ao nível da introdução e promoção do desporto, em modalidades como a vela, o remo, a natação, o ténis ou o futebol. A notícia mais antiga que se conhece a propósito da realização de uma regata de **vela** na baía de Cascais remonta a **1871**. No ano seguinte já o *Diário de Notícias* anotava que «a muralha que corre desde a fortaleza até à praia [da Ribeira], mas sobretudo esta, estavam cobertas de espetadores de todas as condições, que se mexiam, agitavam e moviam, ávidos por saber a quem coube o vencimento; era surpreendente o efeito dessas ondas humanas que, à semelhança das naturais, tão próximas se formavam e descompunham como elas».

Cascais destacar-se-ia igualmente ao nível do **ténis**, que parece ter sido praticado pela primeira vez em Portugal por nacionais nos campos do Sporting Club, no ano de **1882**. Desde então, pelo entusiasmo de D. Carlos e a incansável atividade de Guilherme Pinto Basto, o primeiro campeão da modalidade, com múltiplas vitórias nos torneios organizados no clube, a Parada afirmou-se como a principal difusora deste desporto no nosso país, à semelhança do que sucederia com o **futebol**, visto que o primeiro desafio público entre portugueses também aí teve lugar, em outubro de **1888**.

PARA SABER MAIS

DIAS, Marina Tavares [et al.] - *Cascais: aqui nasceu o futebol em Portugal : 1888-1928*. Cascais : Câmara Municipal ; Lisboa : Quimera, D.L. 2004. 159 p. ISBN 972-637-124-4. ISBN 972-589-126-0
HENRIQUES, João Miguel ; BETTENCOURT, Olga ; RAMIREZ, Teresa - *História da vela em Cascais : da primeira regata à internacionalização*. Lisboa : Inapa ; Cascais : Câmara Municipal, 2007. 191 p. ISBN 978-972-797-152-7



A inauguração do caminho-de-ferro até Lisboa modificaria a fisionomia do concelho a partir de

1889

Antes da inauguração do **caminho-de-ferro** até Cascais, a ligação do concelho a Lisboa era assegurada pelas carreiras de *chars-à-bancs* e *ripperts* de José Florindo de Oliveira, que necessitavam de cerca de cinco horas para efetuar a penosa e poeirenta viagem. A instalação sazonal da Família Real pareceu tornar a vila verdadeiramente merecedora da ligação ferroviária até à capital, cujo projeto se efetivaria a partir de 1887, quando se autorizou a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses a construí-la.

As obras decorreram com inusitada rapidez, pelo que a 30 de setembro de 1889 a via entrou em funcionamento a partir de Pedrouços, sendo depois estendida até Alcântara-Mar, em 1890, e ao Cais do Sodré, no ano de 1895. A linha férrea assumiu-se, então, como o mais poderoso instrumento de desenvolvimento do concelho, que se pôde afirmar definitiva e progressivamente enquanto estância turística de referência, apoiando a ocupação do litoral do concelho, que durante séculos havia sido subalternizado...

PARA SABER MAIS

GUEDES, Lívio da Costa – O ramal para Cascais da linha férrea Lisboa-Badajoz. *Arquivo de Cascais : boletim cultural do município*. Cascais : Câmara Municipal. N.º 6 (1987) p. 103-132

O projeto do Monte Estoril enquanto estância de veraneio remonta a

1888

O projeto de urbanização do **Monte Estoril**, a antiga Costa de Santo António, foi conduzido pela Companhia Monte Estoril, a partir de **1888**, em função do caminho-de-ferro, tendo por ambição a recriação de um cenário similar ao das reputadas praias de Cannes, Arcachon ou Saint Raphael. Para o efeito, a Companhia adquiriu terrenos e edificou as primeiras habitações, dotando a nova localidade de abastecimento de água próprio e de iluminação eléctrica, muito antes de Cascais dispor desta mais-valia.

A sua imposição enquanto centro de vilegiatura de primeira ordem, frequentado pela aristocracia e burguesia abastada, seria facilitada pela instalação da Rainha D. Maria Pia, a partir de 1893, ainda que o **Casino do Monte Estoril**, em funcionamento desde 1891; o **Grand Hotel** (Estrade), inaugurado no ano de 1898; e o Casino Internacional e o Grand Hotel d'Italie, que remontam a 1899, se destacassem como as estruturas mais relevantes para a atração das elites sociais, sedentas de diversão e conforto. Desta forma, apesar de a proibição do jogo, em 1900, conduzir à falência do projeto inicial, estavam definitivamente lançadas as bases para o desenvolvimento da localidade, ainda hoje pontilhada de belíssimos exemplares da chamada arquitetura de veraneio.

PARA SABER MAIS

HENRIQUES, João Miguel - *Da Riviera portuguesa à Costa do Sol : fundação, desenvolvimento e afirmação de uma estância turística : Cascais, 1850-1930*. Lisboa : Colibri ; Cascais : Câmara Municipal, 2011. 316, [1] p. ISBN 978-989-689-072-8

SILVA, Raquel Henriques da – Sobre a arquitectura do Monte Estoril : 1880-1920. *Arquivo de Cascais : boletim cultural do município*. Cascais : Câmara Municipal. N.º 5 (1984) p. 20-22 [10]

VILARINHO, Luísa - *De Lisboa a Cascais : rostos, liberdade e medicina*. Lisboa : Dislivro [distrib.], 2008. 439 p. ISBN 978-989-639-072-3

Mercê da fama dos **Banhos da Poça**, administrados pela Santa Casa da Misericórdia de Cascais, na década de 1880 assistiu-se, também, à edificação das primeiras habitações na região que desde **1890** se passou a designar **S. João do Estoril** e cujo desenvolvimento, ao contrário do vizinho Monte Estoril, se deveu a múltiplas iniciativas individuais, que obliterariam qualquer noção de conjunto. Consequentemente, ainda que o novo edifício termal, inaugurado em 1894 pela Empresa dos Banhos da Poça, se transformasse no ponto de encontro da localidade, esta nunca se destacou pela sua vivência social.

O topónimo S. João do Estoril nasceria oficialmente em

1890

PARA SABER MAIS

SILVA, Raquel Henriques da – A arquitectura de veraneio em S. João do Estoril, Parede e Carcavelos : 1890-1930. *Arquivo de Cascais : boletim cultural do município*. Cascais : Câmara Municipal. N.º 7 (1988) p. 93-174

XAVIER, Helena ; FERRÃO, Isabel Reimão ; HENRIQUES, João Miguel - *S. João do Estoril e os banhos da Poça : a localidade e as termas : 1838-1923*. Cascais : Câmara Municipal, D.L. 2003. 90, [2] p. ISBN 972-637-104-X

A Parede deveu a José Nunes da Mata a sua afirmação desde

1890

A **Parede** era já um importante núcleo populacional, associado à extração e preparação de pedra, onde subsistia, também, uma pequena comunidade piscatória e alguns agricultores. Ainda que o seu território costeiro se caracterizasse por retângulos de terreno por cultivar, circundados de muros de pedra solta, que testemunhavam a devastação provocada pela filoxera nas vinhas produtoras do apreciado Carcavelos, em 1885, a localidade assistiria, a partir de **1890**, ao nascimento de uma nova área, entre o caminho-de-ferro e o oceano, por iniciativa de **José Nunes da Mata**, que nesse ano a visitou pela primeira vez. Divulgou-se, depois, por intermédio do Sanatório de Sant'Ana, idealizado por Amélia e Frederico Biester, cuja primeira pedra seria lançada em 1901.

A instalação do edifício no sítio das Saínhas, junto ao mar, fora definida pelo médico Dr. Sousa Martins, em colaboração com o seu colega e amigo, Dr. Francisco Rompana. Todavia, a materialização do **Sanatório de Sant'Ana** foi algo atribulada, pela resistência dos habitantes locais, assustados com a ideia de o ver erigir junto às suas casas. Surgiu, mesmo, a crença de que se encontrava amaldiçoado, pela sucessão de falecimentos dos intervenientes: primeiramente do Dr. Sousa Martins, depois do Dr. Bento de Sousa, seu sucessor; de Frederico Biester e, mais tarde, de D. Amélia Biester.

Impressionado com o sucedido, José António Gaspar, professor da Academia das Belas Artes e primeiro arquiteto a quem fora encomendado o projeto para o edifício que o Dr. Sousa Martins idealizara, abandonou, mesmo, a obra. Apenas a determinação de D. Claudina de Freitas Chamiço, tia e herdeira de D. Amélia Biester, permitiu a concretização do projeto, convidando o arquiteto Rosendo Carvalheira para a planificação do edifício, que contou, também, com o apoio dos colegas Norte Júnior, António do Couto, Marques da Silva e Álvaro Machado. Desta forma, a 31 de julho de **1904** seriam inauguradas as três secções já concluídas do edifício, que veio a ser definitivamente terminado em 1912.

PARA SABER MAIS

ANTUNES, Ana Cristina Brites ; FERREIRA, Carlos Alberto Miguel ; PEREIRA, Francisco Mata - *Parede : as pedras e o mar : monografia de Parede*. Parede : Junta de Freguesia, 1997. 321 p.
SILVA, Raquel Henriques da – A arquitectura de veraneio em S. João do Estoril, Parede e Carcavelos : 1890-1930. *Arquivo de Cascais : boletim cultural do município*. Cascais : Câmara Municipal. N.º 7 (1988) p. 93-174
VILARINHO, Luísa - *De Lisboa a Cascais : rostos, liberdade e medicina*. Lisboa : Dislivro [distrib.], 2008. 439 p. ISBN 978-989-639-072-3

Cai-Água ganhou fama sobretudo a partir de **1905**

O mesmo sucederia em **Cai-Água**, futuro S. Pedro do Estoril, onde, como referem Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, inicialmente apenas «havia um moinho, duas azenhas, uma taberna à beira da estrada e os casebres onde viviam os homens do moinho e das azenhas». O seu desenvolvimento dever-se-ia, assim, ao capitalista Abílio Nunes dos Santos, proprietário dos Grandes Armazéns do Chiado, que aí adquiriu terrenos e edificou habitações, divulgando o lugar – que entretanto já fora dotado de apeadeiro ferroviário – ao sortear, em **1905** e **1906**, os chalets *Ideal* nºs 1 e 2, como prémio aos clientes do seu estabelecimento...

Desde então, um território quase desabitado impôs-se enquanto localidade de primeira ordem, como o denota o abaixo-assinado enviado à Câmara Municipal, em 1906, em que se refere que só «por esforços inteiramente particulares, os sítios de Cai-Água não há muitos anos quase sem uma habitação têm adquirido um desenvolvimento material extraordinário. Onde se estendiam terrenos de aspeto pouco atraente veem-se hoje chalets e edificações risonhas abrigando uma população relativamente importante». Esforçar-se-ia, desta forma, por dispor das comodidades das suas congéneres, como o denota novo abaixo-assinado, de 1913, dirigido à Câmara Municipal para a introdução de iluminação pública.

PARA SABER MAIS

ANTUNES, Ana Cristina Brites ; FERREIRA, Carlos Alberto Miguel ; PEREIRA, Francisco Mata - *De Cae Água a S. Pedro do Estoril*. Lisboa : Colibri ; Cascais : Câmara Municipal, 2005. 318, [1] p. ISBN 972-772-570-8

SILVA, Raquel Henriques da – A arquitectura de veraneio em S. João do Estoril, Parede e Carcavelos : 1890-1930. *Arquivo de Cascais : boletim cultural do município*. Cascais : Câmara Municipal. N.º 7 (1988) p. 93-174

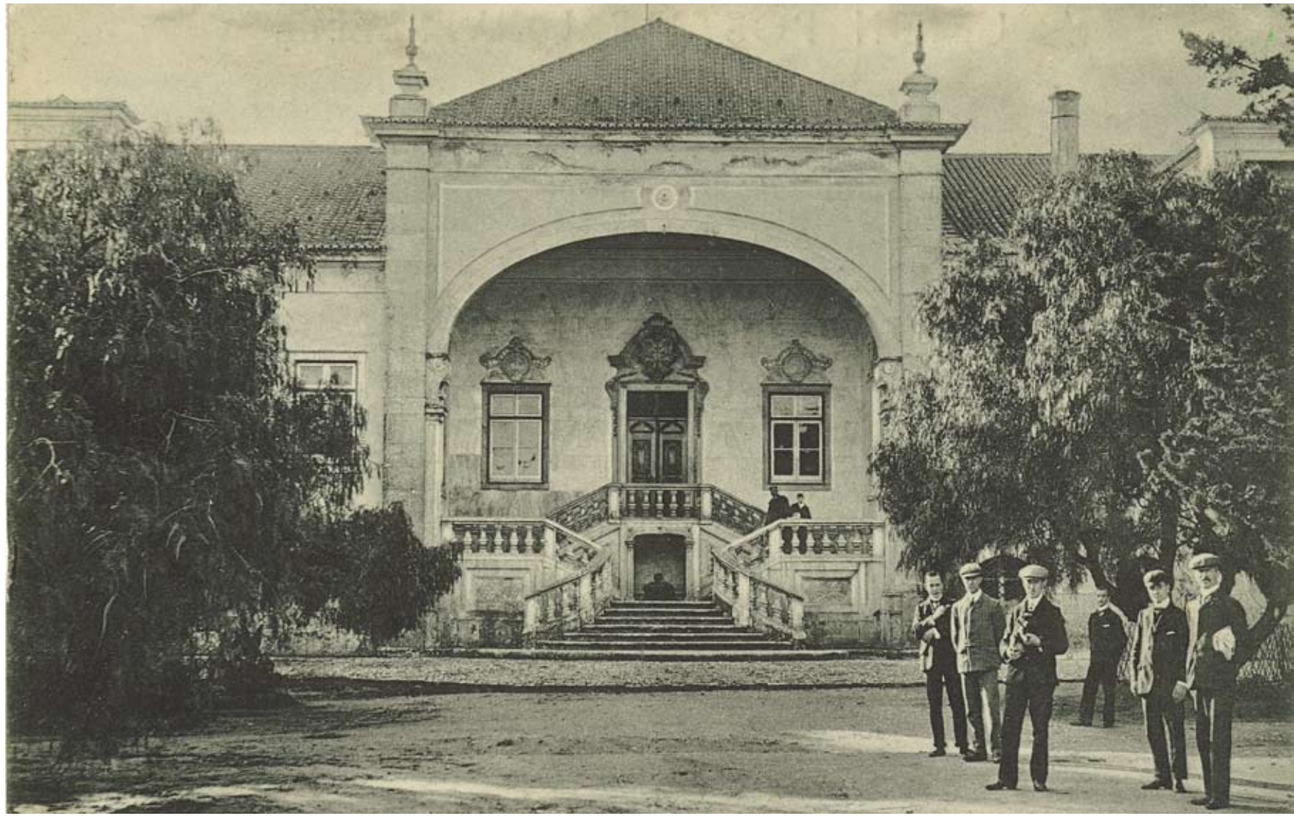
Quinta Nova, em Carcavelos, onde se alojou a companhia inglesa responsavel pela administração do cabo submarino, desde

1872

As pragas de filoxera, míldio e oídio que assolaram Portugal no século XIX devastaram os vinhedos que asseguravam a produção do vinho generoso de **Carcavelos**, fazendo diminuir drasticamente a sua produção.

Não obstante, a partir de 1870 abrir-se-ia um novo ciclo da vida da região, quando a Falmouth, Gibraltar and Telegraph Company obteve do governo português a concessão para o estabelecimento do **Cabo Submarino** para transmissão de mensagens telegráficas entre Inglaterra, Portugal, Gibraltar e Malta. Em **1872**, os descendentes do Morgado da Alagoa venderiam a Quinta Nova de Santo António para a instalação da Companhia, que transferiu a 19 de fevereiro do ano seguinte a concessão para a Eastern Telegraph Company. Desde então, a influência da comunidade britânica que se fixou na região foi de tal forma marcante que a Quinta Nova – onde hoje funciona o Saint Julian's School – passou mesmo a ser conhecida por Quinta dos Ingleses.

Mais do que um novo ciclo na história das comunicações em Portugal, a instalação do cabo submarino em Carcavelos inaugurou um período de intenso contacto entre duas culturas, em que a colónia britânica assumiu um protagonismo que se espraiou para além da introdução de inovações tecnológicas. Mercê do contacto com os habitantes locais, foi também responsável pela divulgação de novos hábitos, entre os quais se destaca a popularização de desportos como o futebol, o ténis, o cricket, o rugby ou o ciclismo. Em nome do progresso alargaram-se, assim, definitivamente os horizontes da comunidade rural local.



Entretanto, por iniciativa do Conselheiro Tomás António Ribeiro Ferreira e do Dr. José Joaquim de Almeida, seria montado junto à praia, no baluarte seiscentista de S. Domingos de Rana ou do Junqueiro, o **Sanatório Marítimo** de Carcavelos, que parece ter entrado definitivamente em atividade a partir de **1902**. Note-se que por decreto de 26 de setembro de 1895, aquando da extinção do concelho de Oeiras, Cascais passou, também, a agregar as freguesias de Carcavelos, Carnaxide, Oeiras e S. Julião da Barra. Todavia, a 13 de janeiro de **1898**, por ocasião da restauração do concelho de Oeiras, a **freguesia de Carcavelos** manter-se-ia agregada a Cascais.

PARA SABER MAIS

MIRANDA, Jorge ; CARDOSO, Guilherme ; TEIXEIRA, Carlos A. - *Registo fotográfico de Carcavelos e alguns apontamentos histórico-administrativos*. 2ª ed. Cascais : Câmara Municipal, 2001. 208 p. ISBN 972-637-080-9

SILVA, Raquel Henriques da – A arquitectura de veraneio em S. João do Estoril, Parede e Carcavelos : 1890-1930. *Arquivo de Cascais : boletim cultural do município*. Cascais : Câmara Municipal. N.º 7 (1988) p. 93-174

Ainda antes da moda dos banhos de mar, o Estoril impôs-se enquanto estância termal, coroada pelas instalações inauguradas em

1894

Santo António do Estoril continuava a ser sobretudo recomendado pelas **Termas**, inseridas na quinta de José Viana da Silva Carvalho. Existiam, então, dois estabelecimentos, inaugurados em **1880** e **1894**, respetivamente, assim como um grupo de casas de aluguer instaladas no *Pátio do Viana*, a quem se deveu, depois, a construção do Hotel Paris, nas imediações da estação do caminho-de-ferro, que igualmente beneficiou da extensão da praia, muito procurada para banhos de mar, junto à qual se assistiu à construção de belíssimos exemplares da chamada arquitetura de veraneio.

A fama das suas termas ainda se mantinha em 1910, data em que o visionário Daniel Dalgado, a quem se deveu a criação da expressão *Riviera de Portugal,* mercê da apologia do clima dos Estoris, anotaria que «se todos estes dons da natureza fossem judiciosamente empregues, com a devida atenção às necessidades e confortos dos doentes ingleses e outros, o Estoril tornar-se-ia muito em breve no melhor centro de águas cloretadas de sódio para o tratamento do reumatismo crónico e da gota, durante o inverno».

PARA SABER MAIS

HENRIQUES, João Miguel - *Da Riviera portuguesa à Costa do Sol : fundação, desenvolvimento e afirmação de uma estância turística : Cascais, 1850-1930*. Lisboa : Colibri ; Cascais : Câmara Municipal, 2011. 316, [1] p. ISBN 978-989-689-072-8

Passeio
Maria Pia,
em Cascais,
c. 1890

A renovação operada em Cascais não pode, também, ser menosprezada, visto que o conjunto de obras e melhoramentos implementados foi verdadeiramente extraordinário.

Em **1890** atribuir-se-ia o nome de **Passeio Maria Pia** à nova artéria junto à esplanada do Paço Real; a que se sucedeu, em **1894**, a construção da nova praça de touros e da **Avenida Valbom**, ligando a estação ao centro da vila; em 1896, a Esplanada Príncipe Real D. Luís Filipe e, no ano de **1899**, a inauguração da **Avenida D. Carlos I**, de acesso à Cidadela, e da iluminação a gás, a que sucederia, em 1900, o telefone. A **arquitetura de veraneio** continuou a espraiar-se pelo litoral, surgindo, então, alguns dos seus mais emblemáticos modelos, casos da Torre de S. Sebastião e da Casa de Santa Maria, de Jorge O'Neill, hoje musealizadas; da Casa de S. Bernardo, do Conde de Arnoso; ou das habitações dos Marqueses do Faial, de Joaquim da Silva Leitão, do Conselheiro Luís Augusto Perestrelo de Vasconcelos e de Francisco Augusto Trindade Baptista.

PARA SABER MAIS

HENRIQUES, João Miguel - *História da freguesia de Cascais : 1870-1908 : (uma proposta de estudo)*. Cascais : Câmara Municipal ; Lisboa : Colibri, 2004. 218, [11] p. ISBN 972-772-468-X
SILVA, Raquel Henriques da - *Arquitectura de veraneio : Cascais*. Cascais : Câmara Municipal, D.L. 2010. 77, [6] p. ISBN 978-972-637-227-1

Prova automóvel na Parada, em Cascais, **d. 1904**

A reestruturação em função da indústria do lazer prosseguiu, aumentando o número de empresas de aluguer de carruagens, casinos e hotéis. Também o **desporto** ganhou maior destaque, impondo a enseada de Cascais como o principal campo de regatas nacional, onde se processou, em 1893, a primeira *corinthian race* portuguesa, regata em que as embarcações correm tripuladas apenas por amadores. Dois anos depois, receberia a Taça Vasco da Gama, a primeira regata internacional promovida no nosso país, a que se seguiu, no ano de 1902, uma inédita competição entre *bulb-keels* e a primeira regata oceânica, de Leixões e Cascais. Destaque, ainda, para a promoção de três importantes gincanas automóveis na Parada, em 1904, 1905 e 1909, que lhe garantiram destaque na história da modalidade.

Cascais transformou-se em local de visita obrigatória, por ocasião da passagem de individualidades por Portugal, como o Rei do Sião ou o Presidente da República Francesa, Émile Loubet, em 1897 e 1905, respetivamente. Na verdade, nem mesmo o assassinato de D. Carlos, em 1908, cuja presença sazonal se transformara no emblema da vilegiatura cascalense, contrariaria esta tendência, afirmando-se, então, a vila enquanto estância balnear perfeitamente consolidada, sob a designação de **Riviera de Portugal**.

Deste modo, até ao derrube da monarquia, D. Afonso manteve a tradição do banho em Cascais, encontrando-se depois notícias da visita de todos os Presidentes da República. Manuel de Arriaga foi o primeiro a inaugurar este costume, que Óscar Carmona sublimaria, ao transformar o Palácio da Cidadela em residência oficial.

PARA SABER MAIS

COSTA, António José Pereira da [et al.] - *Palácio da Cidadela de Cascais*. Cascais : Câmara Municipal : Museu da Presidência da República, 2011. 268 p. ISBN 972-8971-29-X
HENRIQUES, João Miguel - *Da Riviera portuguesa à Costa do Sol : fundação, desenvolvimento e afirmação de uma estância turística : Cascais, 1850-1930*. Lisboa : Colibri ; Cascais : Câmara Municipal, 2011. 316, [1] p. ISBN 978-989-689-072-8

Republicanos de Cascais, 1910

A 5 de outubro de **1910**, quando o iate Amélia levantou ferro da enseada de Cascais para conduzir o Infante D. Afonso até à Ericeira, onde a família real embarcaria com destino ao exílio, já a bandeira verde e rubra da **República,** que acabara de se implantar, estava pronta para ser içada na Cidadela, pela mão de D. Fernando Castelo Branco, que após esse ato resignou ao cargo de Administrador do Concelho. Seria sucedido por João José Dinis, destacado líder republicano local, que se deslocou até à vila, a fim de proclamar o novo regime à janela dos Paços do Concelho, designando como seu secretário o carbonário e republicano Emídio Francisco de Almeida, que já desempenhava as mesmas funções na Comissão Municipal Republicana, fundada na Parede, em 1908.

As novas da revolução em Cascais traduzem a forma como se processou a transição aguardada, ainda que agendada *sine die*, como o atesta a notícia editada a 17 de outubro no semanário republicano *A Voz do Povo*, em que se anota: «Na noite de segunda para terça-feira [de 3 para 4 de outubro de 1910] concentraram-se os populares revoltosos em Carcavelos esperando a hora de entrarem em serviço revolucionário. À uma hora da madrugada tomaram o cabo submarino e cortaram as comunicações terrestres. Na quarta-feira de manhã [dia 5], a notícia da vitória foi ali recebida e em todas as povoações das nove às dez horas da manhã. Houve muitas manifestações em todas as localidades, tendo-se queimado 50 dúzias de foguetes».

Introduzir-se-iam, desde logo, mudanças ao nível toponímico, eliminando-se os nomes associados ao antigo regime e homenageando-se o 5 de outubro, a República, a Revolução ou o 31 de janeiro (de 1891) e ainda republicanos ilustres, como Cândido dos Reis, Miguel Bombarda, Heliodoro Salgado ou José Elias Garcia, que disputaram os nomes das avenidas, ruas, passeios e esplanadas do concelho. A I República manter-se-ia-se até 1926, num clima de instabilidade política que se traduziu em governos efémeros e na incapacidade de executar a maioria das reformas de fundo a que se propusera, acelerado pelo fracionamento do Partido Republicano Português. Não obstante, Cascais soube conservar o seu estatuto enquanto rainha das praias portuguesas, mantido pela facilidade de acesso propiciado pelo caminho-de-ferro, que se impusera como o mais poderoso instrumento de desenvolvimento do concelho.

Temendo a eventual perda das colónias, o novo regime anteviu na **I Guerra Mundial** a possibilidade de, em nome dos interesses nacionais, garantir o seu reconhecimento de facto, pelo que Portugal ingressou oficialmente no conflito internacional em 1916. No ano seguinte já desembarcavam em França os primeiros contingentes do Corpo Expedicionário Português, entre os quais se encontravam alguns soldados nascidos em Cascais. O esforço de guerra esteve igualmente na origem de uma dramática escassez de géneros, de que o concelho se ressentiu, num período marcado pela apresentação e lançamento do seu mais emblemático projeto turístico.

PARA SABER MAIS

HENRIQUES, João Miguel - *1910-1926 : a República em Cascais*. Cascais : Câmara Municipal, D.L. 2010. 21, [1] p. ISBN 978-972-637-237-0

De facto, em **1914**, a ambicionada internacionalização da região enquanto destino turístico começou a cumprir-se, por intermédio do projeto do novo Estoril, conduzido por **Fausto Cardoso de Figueiredo** e seu cunhado, Augusto Carreira de Sousa, na sequência da aquisição da Quinta do Viana e do convite ao arquiteto Henri Martinet para o desenvolvimento de um ambicioso projeto, publicitado pela brochura ***Estoril: Estação Marítima, Climatérica, Termal e Sportiva***. Foram, então, previstos equipamentos coletivos orientados para as atividades do lazer, com especialização médica e climática, nomeadamente três hotéis, novas termas, casino, teatro, palácio de desportos, edifício para banhos de mar, estabelecimentos comerciais, galerias cobertas e amplo jardim, dispostos em território virado para o mar.

A 18 de setembro de **1915** fundar-se-ia a **freguesia do Estoril**, que, com sede em S. João do Estoril, se compunha das «povoações do Estoril, S. João do Estoril, Cai-Água [atual S. Pedro do Estoril], Livramento, Alapraia e Galiza, do concelho de Cascais, que, para tal efeito, são desanexadas das paróquias de Cascais, Alcabideche e S. Domingos de Rana». Todavia, apesar de a primeira pedra do casino e das termas ser lançada a 16 de janeiro de 1916, os contextos político e financeiro, nacionais e internacionais, não facilitariam a concretização do megaprojeto, que beneficiaria sobretudo da montagem de uma área residencial, em talhões de dimensão considerável, servidos por vias largas e sinuosas: o Parque Estoril.

Em 1918, as novas Termas já se encontravam em funcionamento e a 15 de agosto de **1926** Cascais transformar-se-ia na primeira **linha com tração elétrica** em Portugal. Ainda assim, seria a legalização e concessão do jogo, em 1927, o verdadeiro motor de arranque do projeto na sua plenitude. Desta forma, a revista *Casino* já apelidava no ano seguinte o eixo Cascais-Estoris como **Costa do Sol**, registando que «Costa do Sol é igual a Terra Prometida», designação depois oficializada por decreto de 22 de maio de 1935, que passou a abranger toda a orla marítima de Parede a Cascais.

Projeto do novo Estoril,
1914

PARA SABER MAIS

HENRIQUES, João Miguel ; PINTO, Helena Gonçalves ; MANGORRINHA, Jorge - *O Estoril e as origens do turismo em Portugal : 1911-1931*. Cascais : Câmara Municipal, D.L. 2011. 112 p., a 2 colns. ISBN 978-972-637-242-4

SILVA, Raquel Henriques da – Estoril, estação marítima, climática, termal e sportiva : as etapas de um projecto : 1914-1932. *Arquivo de Cascais : boletim cultural do município*. Cascais : Câmara Municipal. N.º 10 (1991) p. 41-60

O Casino constitui um dos marcos do novo Estoril, desde

1931

Para além da iniciativa particular, a afirmação de Cascais enquanto destino turístico beneficiaria, a partir de **1922**, da Comissão de Iniciativa para Fomento da Indústria de Turismo de Cascais, depois apelidada de **Comissão de Iniciativa e Turismo do Concelho de Cascais**, que, em estreita colaboração com a Câmara Municipal, assegurou, para além da propaganda turística, a concretização de diversos projetos de embelezamento das zonas mais visitadas do litoral. Em 1937 passaria a designar-se Junta de Turismo de Cascais e, em 1957, Junta de Turismo da Costa do Sol, a que se seguiu, em 1979, a denominação Junta de Turismo da Costa do Estoril, que utilizou até à sua extinção, no ano de 2008.

A região impunha-se definitivamente enquanto zona privilegiada de lazer, que a Estoril-Plage soube comercializar, substituindo a antiga Riviera Portuguesa pela Costa do Sol. Em **1930**, a inauguração do **Palace Hotel**, o atual Hotel Palácio, sob a direção do arquiteto Raul Jourde, dotou o concelho de uma infraestrutura de nível internacional. Entretanto, ao edifício das Termas, que se tornaria famoso pela sua piscina, já fora acoplado o **Hotel do Parque**, aberto ao público no ano anterior. Em 1930, o apeadeiro do Estoril seria mesmo transformado no terminus do **Sud-Express**, de forma a assegurar a ligação a Paris, a que se seguiu a abertura do novo **Casino**, em **1931**, com plano distinto do inicial, bem ao gosto dos primeiros projetos modernistas que encontrariam na região o cenário ideal para a afirmação dos novos ideais da arquitetura.

PARA SABER MAIS

HENRIQUES, João Miguel - *Da Riviera portuguesa à Costa do Sol : fundação, desenvolvimento e afirmação de uma estância turística : Cascais, 1850-1930*. Lisboa : Colibri ; Cascais : Câmara Municipal, 2011. 316, [1] p. ISBN 978-989-689-072-8
BRIZ, Maria da Graça Gonzalez - *Arquitectura modernista.* Cascais : Câmara Municipal, D.L. 2010. 51, [4] p. ISBN 978-972-637-182-3

Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, inaugurado em

1931

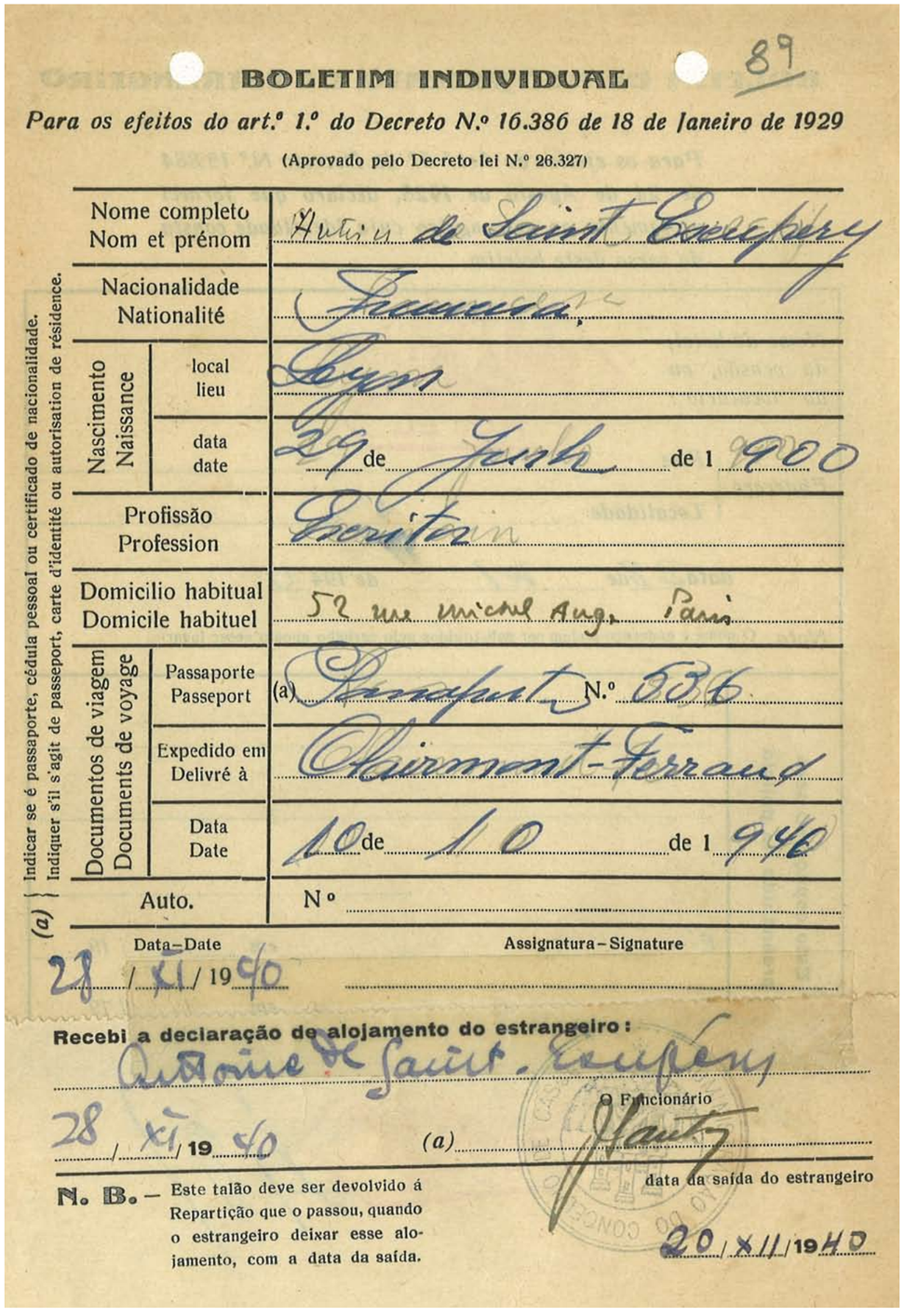
O concelho continuou, pois, a captar visitantes, num período em que a noção de percurso turístico se robusteceu, nomeadamente por intermédio do estabelecimento de carreiras de autocarros entre o Estoril, Cascais e Sintra. Mercê destas transformações, o Monte Estoril iniciaria um lento processo de subalternização face ao Estoril, à semelhança de S. João do Estoril, que se ressentiu também do encerramento dos Banhos da Poça, em 1922.

Quatro anos depois, Cai-Água passou a designar-se S. Pedro do Estoril, mudança que parece atestar a dinâmica da localidade em que se instalaria, a partir de **1927**, a benemérita **Colónia Balnear Infantil de *O Século***. O desenvolvimento da vizinha Parede foi igualmente notável, assumindo-se enquanto área privilegiada para a cura e profilaxia de vários males físicos, em função da praia e do sol. O número de visitantes aumentou de forma exponencial, transformando-se o tabuleiro – maca montada sobre carrinho de quatro rodas – num dos ícones da região, como o denota, aliás, a construção de rampas, a adaptação de várias habitações e, em **1930**, a inauguração de um **Solário**.

Ainda que em termos turísticos Cascais cedesse o seu protagonismo ao Estoril, a sede do concelho não deixou de ser alvo de importantes melhoramentos, caso do encanamento da Ribeira das Vinhas, inicialmente projetado por Silva Júnior, que em 1929 ainda não se encontrava completamente terminado. A filantropia do Conde de Castro Guimarães, que em 1927 legara ao concelho a Torre de S. Sebastião, com recheio e parque anexo, na condição de serem transformados em museu, biblioteca e jardim públicos, assim como parte da herança para despesas de manutenção e enriquecimento de coleções, permitiu à vila passar a dispor de um novo atrativo: o **Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães**, oficialmente inaugurado no ano de **1931**. Este equipamento cultural de referência seria dotado de novas salas de leitura e de arqueologia em 1942, sob a direção de Branquinho da Fonseca, conservador-bibliotecário a quem também se deveu, em 1953, a criação da primeira biblioteca itinerante em Portugal, que promoveu o livro e a leitura por todo o concelho.

PARA SABER MAIS

HENRIQUES, João Miguel - *Da Riviera portuguesa à Costa do Sol : fundação, desenvolvimento e afirmação de uma estância turística : Cascais, 1850-1930*. Lisboa : Colibri ; Cascais : Câmara Municipal, 2011. 316, [1] p. ISBN 978-989-689-072-8
PACHECO, Cristina ; HENRIQUES, João Miguel - *Branquinho da Fonseca : um escritor na biblioteca*. Cascais : Câmara Municipal, D.L. 2012. 111, [1] p. ISBN 978-972-637-247-9
PROENÇA, José António [et al.] - *Museu Condes de Castro Guimarães : roteiro*. Cascais : Câmara Municipal, 2008. 188 p. ISBN 978-072-637-186-1



BOLETIM INDIVIDUAL

89

Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929

(Aprovado pelo Decreto lei N.º 26.327)

Nome completo / Nom et prénom: Antoine de Saint Exupéry

Nacionalidade / Nationalité: Française

Nascimento / Naissance — local / lieu: Lyon

data / date: 29 de Juin de 1900

Profissão / Profession: Ecrivain

Domicilio habitual / Domicile habituel: 52 rue Michel Ange, Paris

Documentos de viagem / Documents de voyage — Passaporte / Passeport (a): Passeport N.º 536

Expedido em / Délivré à: Clermont-Ferrand

Data / Date: 10 de 10 de 1940

Auto. N.º

(a) Indicar se é passaporte, cédula pessoal ou certificado de nacionalidade. / Indiquer s'il s'agit de passeport, carte d'identité ou autorisation de résidence.

Data–Date 28/XI/1940 — Assignatura–Signature

Recebi a declaração de alojamento do estrangeiro:

Antoine de Saint-Exupéry

O Funcionário

28/XI/1940 (a) [illegible]

data da saída do estrangeiro

20/XII/1940

N. B. — Este talão deve ser devolvido á Repartição que o passou, quando o estrangeiro deixar esse alojamento, com a data da saída.

Boletim de alojamento de Saint-Exupéry no Hotel Palácio,

1940

O eixo Cascais-Estoril foi escolhido como lugar de passagem ou de exílio por muitas pessoas que aí buscaram, antes, durante e depois da **II Guerra Mundial**, a segurança que os seus países de origem já não garantiam.

Logo em 1936 chegaram muitos espanhóis fugidos à Guerra Civil que grassava no seu país, sendo ainda hoje recordado o acidente de avião ocorrido nesse ano na Quinta da Marinha, que vitimou o General Sanjurjo, que em 1934 instalara o seu quartel-general no concelho. Com o início da II Guerra Mundial surgiriam os primeiros apátridas, de entre os quais importa recordar o escritor Stefan Zweig. Ainda assim, o maior êxodo ocorreu após a invasão de França, em **1940**, deslocando-se, então, até à região milhares de **estrangeiros em fuga**, que esperavam embarcar para a América. Na Colónia Balnear Infantil de *O Século* receberam-se, mesmo, crianças refugiadas, no ano de 1941. Para além de milhares de anónimos, por aqui passaram personalidades dos quatro cantos do mundo, como Calouste Gulbenkian, Vinicius de Morais, Antoine de Saint-Exupéry, Thomas Mann, John Maynard Keynes, Edward Murrow, Leslie Howard, Alexander Alekhine, Indira Nehru, Robert Rothschild, Isabelle d'Orléans e Sara Guggenheim, cuja presença foi registada nos boletins de alojamento de hotéis, pensões e casas particulares – palco privilegiado para o desenvolvimento de atividades de vigilância mútua, recolha de informações, **espionagem** e contra-espionagem – que ainda hoje se preservam no Arquivo Histórico Municipal de Cascais. Não causa, assim, espanto ter sido no Estoril que Ian Fleming, agente especial ao serviço dos aliados, inventou, em 1941, a figura de James Bond...

Finda a Guerra, o concelho assumiu-se como local de **exílio** de **reis destronados**. Em fevereiro de **1946** os Condes de Barcelona instalar-se-iam no Estoril. Em junho chegou o Rei Umberto de Itália, que preferiu fixar-se em Cascais. Já em outubro de **1947** foi a vez do Rei Carol II da Roménia também passar a residir no Estoril, a quem se sucedeu, um ano depois, o Almirante Horty, regente da Hungria e os Arquiduques da Áustria-Hungria.

PARA SABER MAIS

MATOS, Helena - *Costa do Estoril : um século de turismo*. 1ª ed. Estoril : Livros e Livros, 2000. 157, [2] p. ISBN 972-791-004-1

PACHECO, Cristina, coord. – *Hotel Palácio : Estoril - Portugal : boletins de alojamento de estrangeiros : boletins individuais : 1939-1945*. Cascais: Câmara Municipal, 2004. 355 p. ISBN 972-637-121-x

RAMALHO, Margarida de Magalhães - *Estoril, a vanguarda do turismo*. Lisboa : By the Book, D.L. 2010. 139, [4] p., a 3 colns. ISBN 978-989-96409-4-8

SAUERWEIN, Julio - *Exilados régios no Estoril : quem são, como vivem e pensam, o que esperam*. Lisboa : Parceria A. M. Pereira, 1955. 379, [5] p., [19] p. fotos

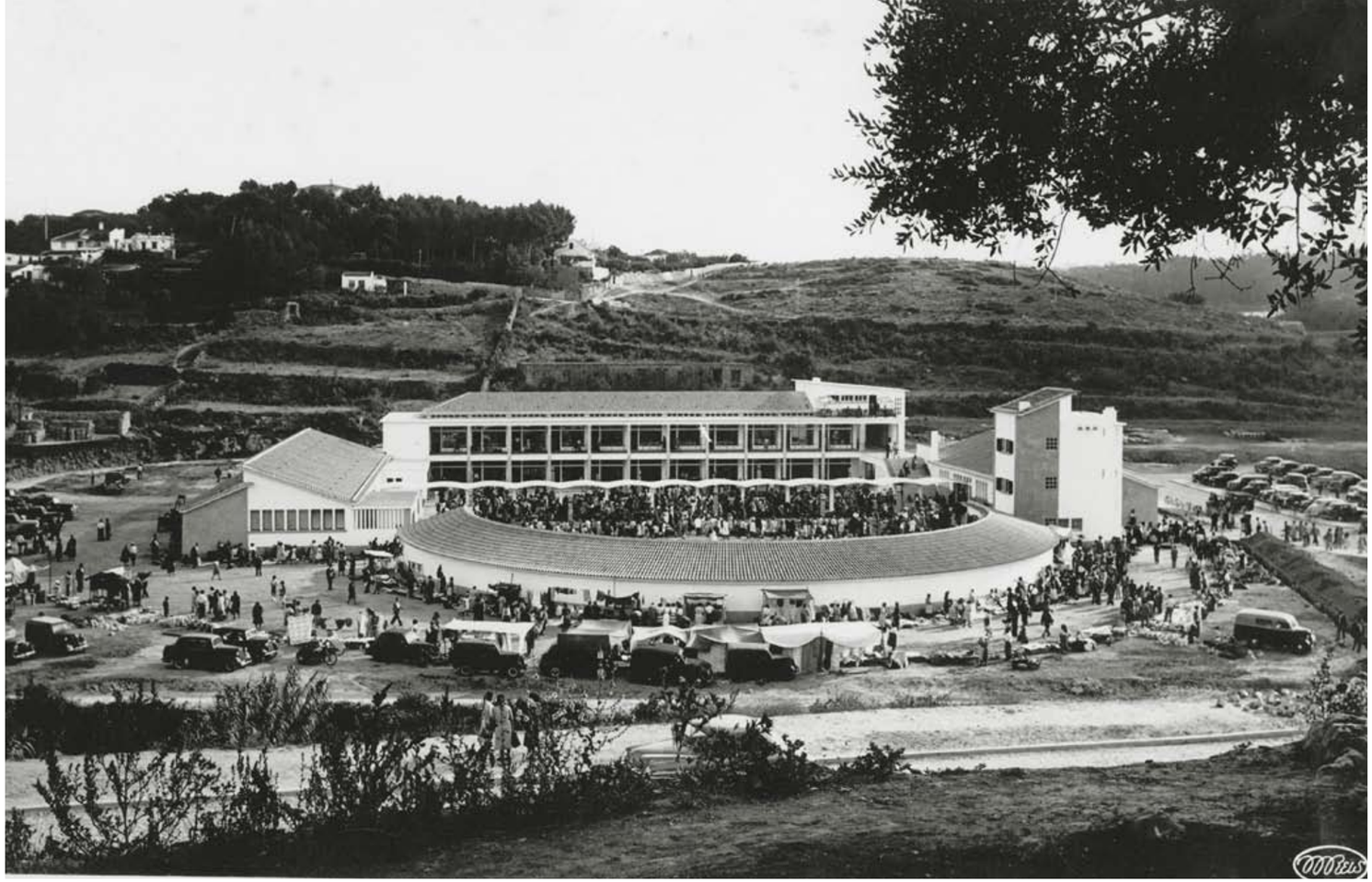
Em **1935**, ao definirem-se as circunscrições da região que, abrangendo parte dos concelhos de Lisboa, Oeiras e Cascais, se passou a apelidar oficialmente de Costa do Sol, regulou-se, também, a sua urbanização, de acordo com um Plano aprovado pelo Governo, sob a supervisão do Gabinete do **Plano de Urbanização da Costa do Sol**. O projeto foi coordenado por Alfred Agache até ao final do primeiro mandato de Duarte Pacheco enquanto Ministro das Obras Públicas e Comunicações, em 1936, apenas voltando a ganhar novo alento por ocasião do regresso deste estadista ao ministério, dois anos depois, quando encarregou da sua revisão Etienne de Gröer, que já se encontrava incumbido do Plano Diretor de Urbanização de Lisboa e do Plano da Vila de Sintra.

Enquanto Agache determinara a conceção de um projeto integrado à escala regional, marcado, como definido, por uma via panorâmica de fruição ao longo do litoral – a **Estrada Marginal** – mas também por uma autoestrada, paralela à costa, num traçado interior, de Gröer focar-se-ia, sobretudo, na malha fina dos aglomerados urbanos. A construção da Estrada Marginal, na década de **1940**, esteve na origem de uma profunda remodelação da malha antiga da vila, com a demolição de alguns dos seus marcos históricos, como o Casino da Praia ou o mercado de ferro, de 1892. A nova via transformar-se-ia, desta forma, no eixo fundamental do concelho, que confirmando a sua expansão ao longo do litoral, lhe permitiu, depois, tomar o interior.

Construção da Estrada Marginal, Carcavelos, d. **1940**

PARA SABER MAIS

JORNADAS EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO, Oeiras, 2008 - *O plano de urbanização da Costa do Sol : uma visão inovadora para o território*. Coord. Margarida Pereira. Oeiras : Câmara Municipal, 2009. 121, [1] p. ISBN 978-972-608-204-0



Mercado de Cascais,
d. 1952

A **urbanização** de terrenos até então destinados à agricultura ou a outras atividades económicas fez-se sentir, por exemplo, em termos da habitação social que, de forma a debelar necessidades há muito sentidas, ocupou os espaços definidos pelo poder central e local para o efeito. O Bairro Marechal Carmona seria inaugurado em 1946, a expensas da Santa Casa da Misericórdia de Cascais, com subsídios dos Serviços de Urbanização do Ministério das Obras Públicas e da Câmara Municipal de Cascais, sucedendo-lhe, no ano seguinte, o projeto do Bairro dos Pescadores, também em Cascais. O rápido crescimento das localidades esteve, em 1948, na génese, do Bairro Otaviano, na Parede, enquanto na vila se projetava a urbanização dos Parques Palmela e Gandarinha e da Quinta de Santa Clara, que vieram a ser pontilhados de vivendas. Já em 1949 se deu início à construção da primeira fase do Bairro da Federação das Caixas de Previdência, inaugurado no ano seguinte, quando também se equacionava a expansão dos bairros Marechal Carmona e Dr. Oliveira Salazar (Pescadores).

A abertura da nova «estrada circular» até ao Matadouro de Cascais, em 1950, constitui exemplo da fortíssima aposta na abertura de arruamentos, que conduziria a um aumento exponencial do número de habitações, num período igualmente marcado por investimentos de vulto na melhoria das infraestruturas da vila. Desta forma, a 5 de outubro de **1940** inaugurou-se o **Parque Municipal** da Cascais, que recebeu o nome de Marechal Carmona, em homenagem ao Presidente da República que montara residência oficial no Palácio da Cidadela. Nesse ano assistiu-se, ainda, à instalação dos **Paços do Concelho** no Palácio dos Condes da Guarda, a que se seguiu, a 21 de dezembro de **1941**, a inauguração do **Hospital Condes de Castro Guimarães**, sob a direção da Santa Casa da Misericórdia de Cascais. Em 1950 surgiria, por sua vez, o edifício da Lota e da Guarda Fiscal e, em **1952**, o novo **Mercado de Cascais**.

Este desenvolvimento tentacular, cada vez mais perpendicular à Estrada Marginal, esteve na origem da constituição da **freguesia de Parede**, a 14 de maio de **1953**, com territórios até então pertencentes à freguesia de S. Domingos de Rana. No ano seguinte nasceria novo bairro em Alvide, «para famílias pobres», ampliando-se já o Bairro Marechal Carmona e urbanizando-se toda a zona em torno do novo mercado e da Quinta da Bela Vista, em Sassoeiros. Em 1957 decorrem os primeiros trabalhos de terraplenagem no Bairro Irene, construído por iniciativa do benemérito Álvaro Pedro de Sousa, ao mesmo tempo que a Câmara Municipal adquiria terrenos para a urbanização do Areeiro e mandava estudar o anteprojeto do Bairro da Amoreira.

PARA SABER MAIS

MONOGRAFIA DE CASCAIS. Dir. Ferreira de Andrade - Cascais : Câmara Municipal, 1969. 276, [5] p., [5] f. mapa, fotogr., estampas

Panorâmica do Estoril e de S. João do Estoril,

c. 1970

Em 1958, a Sociedade Estoril, de José e Jorge Teodoro Santos e Manuel Joaquim Teles obteve a concessão do jogo na região, detida pela família Figueiredo desde 1927. Inaugurou-se, assim, um período de revitalização da oferta turística, que encontrou no **Carnaval Internacional do Estoril**, promovido logo a partir de **1959**, novo atrativo, que o novo casino, inaugurado em 1968, galvanizaria.

Também em 1958 se dera início à construção de um novo bairro na Torre, a que se seguiu, no ano seguinte, a venda de terrenos à Junta Central da Casa dos Pescadores para o mesmo efeito. O crescimento urbanístico espraiava-se também pelas restantes freguesias, nomeadamente a Parede, onde em 1958 se adquiriram terrenos na Madorna para a construção de casas de renda económica, cujo alargamento seria estudado em 1963, ao mesmo tempo que se urbanizava a envolvente da nova igreja paroquial e os terrenos a poente do Rádio Clube Português. Vastos territórios do concelho, até então votados à lavoura ou ao abandono, seriam, pois, tomados por uma política de expansão urbanística, cuja voracidade é, por exemplo, atestada pelos estudos de urbanização de Birre, em 1960, das Fontaínhas, em 1963, ou do Alto do Moinho Velho e da Pampilheira, com aquisição de terrenos até 1965.

PARA SABER MAIS

JOSÉ TEODORO DOS SANTOS, 1906-1971 : O EMPRESÁRIO DE TURISMO DA RENOVAÇÃO. Estoril : Estoril-Sol, [D.L. 1985]. [101] p.
MATOS, Helena - *Costa do Estoril : um século de turismo*. 1ª ed. Estoril : Livros e Livros, 2000. 157, [2] p. ISBN 972-791-004-1
MONOGRAFIA DE CASCAIS. Dir. Ferreira de Andrade - Cascais : Câmara Municipal, 1969. 276, [5] p., [5] f. mapa, fotogr., estampas

Panorâmica de Cascais,

c. 1970

De acordo com a *Monografia de Cascais*, a partir de 1962 elaborar-se-ia um vasto plano de obras de acordo com estudos previamente estabelecidos, com vista à urbanização das povoações de Trajouce, Abóboda, Birre, Cobre, Galiza, Alapraia, S. Domingos de Rana, Outeiro de Polima e toda a área compreendida entre S. João e S. Pedro, bem como o núcleo de Mato-Cheirinhos. O mesmo sucederia em relação à área norte de Tires, do Rosário, da Rebelva e da zona envolvente da Praça de Touros. Remontam já a 1963 os projetos para a expansão do Murtal, Bicesse, Pau-Gordo, Martinha, Alvide, Abuxarada e Zambujal, ano em que também se deu início à venda de terrenos para a construção através das Caixas da Previdência, em Alvide, no atual Bairro de S. José e ao estudo da urbanização da zona entre a Quinta das Saínhas e de Santo António e o limite do concelho com Oeiras.

O fornecimento de **energia eléctrica** atesta de forma expressiva esta evolução. De acordo com as informações compulsadas na obra que vimos citando, alcançaria, em 1957, Bicesse, Alcoitão, Torre e Birre; em 1959, Malveira da Serra, Talaíde, Pau Gordo e Martinha; em 1960, Arneiro, Sassoeiros, Murches, Aldeia de Juso e Carrascal de Manique; em 1961, Charneca e Areia; em 1962, Atrozela, Bicesse e Madorna e em 1963 – no mesmo ano em que se iniciavam os trabalhos de remodelação do Parque Palmela, concluídos em 1968 – Polima, Outeiro de Polima e Conceição da Abóboda. O Cabreiro apenas seria dotado desta mais-valia em 1969...

PARA SABER MAIS

MONOGRAFIA DE CASCAIS. Dir. Ferreira de Andrade - Cascais : Câmara Municipal, 1969. 276, [5] p., [5] f. mapa, fotogr., estampas

Panorâmica de Cascais, **c. 1970**

A 11 de outubro de **1964**, no ano em que Cascais celebrou o 600º aniversário da sua elevação à categoria de vila, proceder-se-ia à inauguração do **Aeródromo** da Costa do Sol – Conde de Monte Real. Em **1965** abria portas o Hotel Estoril-Sol, investimento superior a 150 mil contos, iniciativa de José Teodoro dos Santos, que marcou um novo período de desenvolvimento turístico da região, a que nos referimos. Foram também inaugurados o edifício dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Cascais e a Estátua de D. Pedro I, num ano também marcado pela estreia de *Esopaida*, a primeira peça do **Teatro Experimental de Cascais**, com encenação de Carlos Avilez.

A urbanização do concelho prosseguiu rapidamente, à medida que antigos residentes e novos migrantes que procuravam organizar a sua vida na capital foram forçados a procurar habitação fora de portas, a custos mais acessíveis. Multiplicaram-se, desta forma, novas urbanizações em que as moradias de dois pisos cederam lugar a prédios de vários andares, com o apoio de carreiras regulares de autocarros que partiam das estações ferroviárias. Foi neste contexto que, por exemplo, em 1966 decorreu a inauguração do Bairro da Caixa de Previdência, na Torre e dos Bairros da Madorna e do Rosário.

Nesse ano abriria portas, em Alcoitão, o Centro de Medicina e Reabilitação da Misericórdia de Lisboa, a que se sucedeu a colocação da primeira pedra para a construção da Aldeia de Crianças S.O.S, em Bicesse. Já a 28 de março de **1968** se iniciava a atividade do novo **Casino Estoril**, gizado pelos arquitetos Filipe Nobre de Figueiredo e José de Almeida Segurado, o mesmo sucedendo ao **Liceu de Cascais**, em S. João do Estoril, com capacidade para 1 900 alunos. A 22 de novembro de **1971** também o **Pavilhão de Desportos de Cascais** – já demolido – recebia o primeiro Festival Internacional de Jazz, a que se seguiria, em **1972**, a inauguração oficial do **Autódromo do Estoril**, ainda que incompleto.

PARA SABER MAIS

MATOS, Helena - *Costa do Estoril : um século de turismo*. 1ª ed. Estoril : Livros e Livros, 2000. 157, [2] p. ISBN 972-791-004-1

MONOGRAFIA DE CASCAIS. Dir. Ferreira de Andrade - Cascais : Câmara Municipal, 1969. 276, [5] p., [5] f. mapa, fotogr., estampas

A 3 de agosto de 1968, quando António de Oliveira Salazar caiu ao tentar sentar-se numa cadeira da sua residência de verão, no Forte de Santo António do Estoril, o Estado Novo, que personificava, iniciaria um inexorável processo de decadência, que a **Revolução de 25 de abril de 1974** conduziu ao seu termo, implantando um regime democrático, apoiado por nova Constituição. Algumas das reuniões preparatórias do movimento decorreram, mesmo, no concelho, designadamente em S. Pedro do Estoril, a 24 de novembro de 1973, e em Cascais, a 5 de março do ano seguinte.

A descolonização trouxe a Cascais milhares de portugueses provenientes de África, que, instalados em hotéis, pensões e casas particulares do concelho, também contribuíram para o acréscimo de cerca de 17 000 habitantes registado entre 1973 e 1981, valor ainda assim percentualmente menos significativo que o registado nos concelhos vizinhos. Mercê do extraordinário afluxo de migrantes à capital foi ainda neste período que se iniciou a construção de **bairros clandestinos**, quase sempre sem condições básicas de saneamento, por meio da ocupação de antigos terrenos agrícolas.

Em 1975 assistir-se-ia à fundação da CERCICA – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Cascais, decidindo-se, no ano seguinte, criar um Museu do Mar na vila, adaptando, para o efeito, o extinto Sporting Clube de Cascais, projeto que apenas se efetivou plenamente em 1992. A possibilidade de fruição do património histórico e cultural seria alargada, em 1982, na sequência do legado de Henrique Mantero Belard à Câmara Municipal da Torre de S. Patrício, a futura Casa-Museu Verdades de Faria, onde funciona o Museu da Música Portuguesa. Apesar de a 18 de novembro de **1983** uma **inundação** deixar submersa a baixa de Cascais, ficando muitos estabelecimentos comerciais total ou parcialmente inutilizados, o período subsequente caracterizar-se-ia pela aposta na melhoria das condições de vida e na recuperação dos patrimónios natural e cultural de um concelho que se ressentira de um crescimento populacional verdadeiramente explosivo.

PARA SABER MAIS

CASCAIS E O 25 DE ABRIL : ITINERÁRIOS DO MOVIMENTO DOS CAPITÃES NO CONCELHO DE CASCAIS. Cascais : Câmara Municipal, 1999. 177, [2] p. ISBN 972-637-062-0

Inundações em Cascais, **1983**

Marina de Cascais, inaugurada em

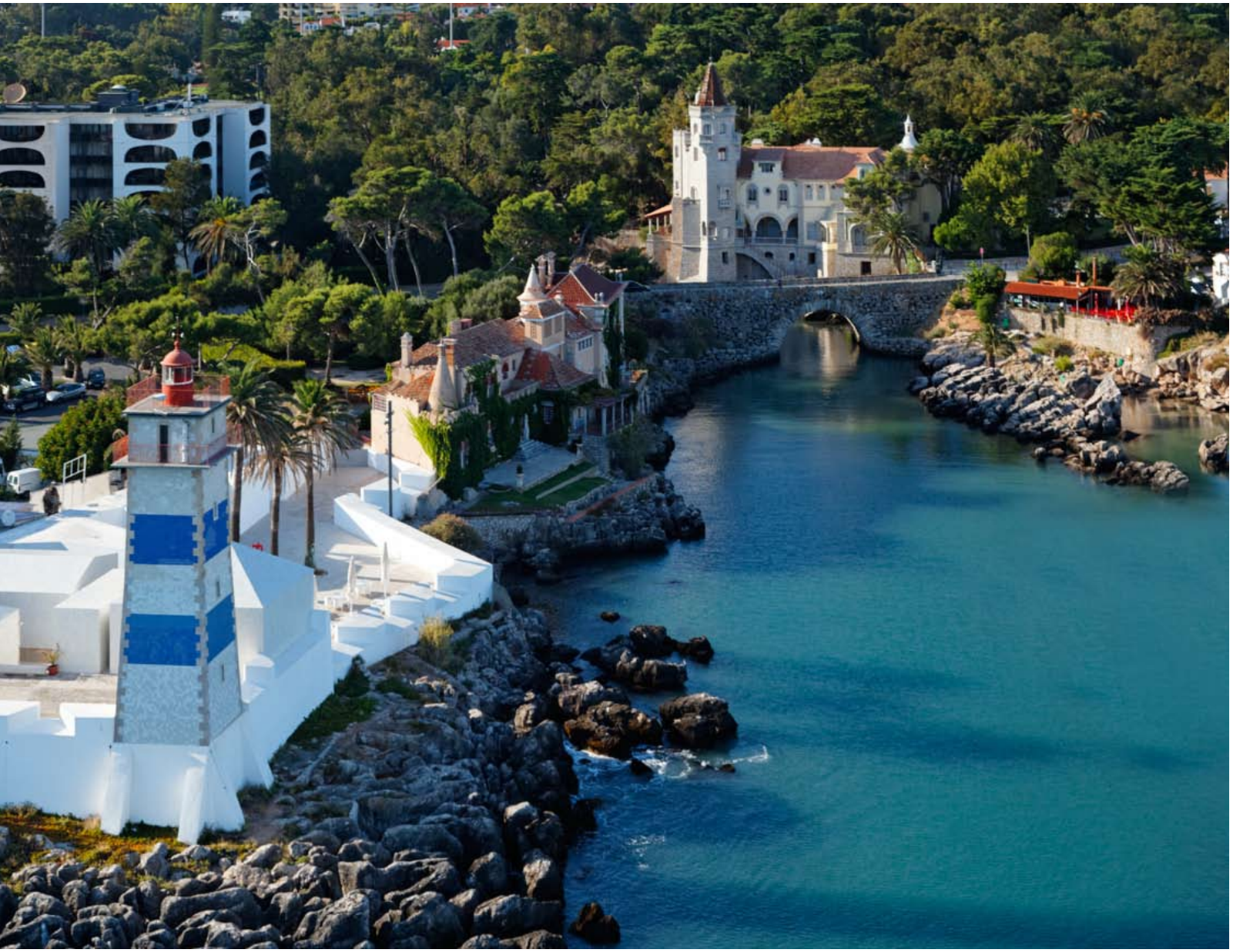
1999

A 20 de outubro de **1984** promoveu-se no Autódromo do Estoril o **I Grande Prémio de Fórmula I**, em que se sagrou vencedor Alain Prost. Dias depois, a concessão do jogo na Costa do Estoril seria atribuída à Sociedade Estoril. Já a 21 de janeiro do ano seguinte tomaram posse os elementos que comporiam a Comissão Instaladora da Área de Paisagem Protegida Sintra-Cascais, que abrange o parque florestal da Serra de Sintra, a zona costeira até às Azenhas do Mar e, no concelho de Cascais, todo o quadrante noroeste, que permitiu, a 11 de março de **1994**, a constituição do **Parque Natural Sintra-Cascais**. Ainda no domínio ambiental, em 1986 – no mesmo ano em que se inaugurou o Teatro Municipal Mirita Casimiro, no Monte Estoril – se assinaria o contrato para a execução da empreitada de construção do Intercetor Geral Laje-Sassoeiros-Guia, integrado no projeto de saneamento da Costa do Estoril, a que se seguiu, em 1990, o início da laboração da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos de Trajouce.

A 6 de janeiro de **1987**, a Câmara Municipal apresentou o **Programa de Recuperação dos Bairros Clandestinos de Cascais**, de forma a minimizar as consequências de um processo de urbanização que se apossara de parte substancial do concelho, assinando-se, em 1988, a adjudicação da empreitada para a construção da nova **autoestrada de Lisboa a Cascais**, concluída em **1991**. Neste ano inaugurou-se, ainda, o CascaisShopping, o primeiro centro comercial regional em Portugal, a que se sucedeu, em 1996, o lançamento da primeira pedra da **Marina de Cascais**, em funcionamento desde 6 de agosto de **1999**, no mesmo ano em que a Parede ascendeu à categoria de vila. Já em maio de 1997 era aprovado em Conselho de Ministros o Plano Diretor Municipal de Cascais, instrumento fundamental para a administração do território. No ano seguinte, o concelho seria finalmente dotado de um Palácio de Justiça adaptado às suas necessidades, para onde também se transferiram as Conservatórias dos Registos Civil, Predial e Comercial.

PARA SABER MAIS

MATOS, Helena - *Costa do Estoril : um século de turismo*. 1ª ed. Estoril : Livros e Livros, 2000. 157, [2] p. ISBN 972-791-004-1



No início do século XXI, o município de Cascais investiu fortemente na **defesa do património histórico e cultural**, como garante da sua autonomia, impulsionando a criação de novas infraestruturas e serviços, como o Centro Cultural de Cascais, em 2000; a Biblioteca da Casa da Horta da Quinta de Santa Clara, em 2001; a Biblioteca de S. Domingos de Rana, em 2005; o Farol-Museu de Santa Marta, em 2007; ou a Casa das Histórias Paula Rego, em 2009. Incentivou, ainda, a recuperação e abertura ao público do Palácio da Cidadela, em 2011, a que se deverá suceder, em breve, a Casa Henrique Sommer, cujas obras de recuperação com vista à reinstalação do Arquivo Histórico Municipal, que então também assumirá as funções de Centro de História Local, devem estar concluídas em 2014.

Num período marcado por profundas alterações administrativas, que implicou a reorganização das antigas seis freguesias do concelho em apenas quatro unidades territoriais: Alcabideche, Carcavelos-Parede, Cascais-Estoril e S. Domingos de Rana, em atividade na sequência das eleições autárquicas de 2013, Cascais prepara-se para iniciar uma reflexão sobre o seu passado, o seu presente e o seu futuro enquanto município uno, dotado de identidade própria, em que o multiculturalismo e a aposta na inovação constituem importantes fatores de desenvolvimento.

Geração após geração, Cascais tem sabido respeitar as suas memórias, raiz de um sucesso reconhecido nacional e internacionalmente. As Comemorações dos 650 Anos da Vila de Cascais, designação que traduz de forma abrangente a proposta de (re)descoberta da(s) nossa(s) história(s) e da(s) nossa(s) gente(s), constituirão, assim, fator de reforço da **cidadania**, promovendo, de forma descentralizada e participativa, iniciativas concebidas para todos os tipos de público, em que as famílias e as escolas constituirão, decerto, parceiros de excelência.

Junte-se a nós para (re)viver esta história partilhada!

650 anos
VILA DE CASCAIS
1364-2014

A bibliografia proposta é apenas uma amostra do muito que se tem escrito sobre a história do nosso concelho, que as Bibliotecas Municipais de Cascais disponibilizam para consulta.
Para mais informações poderá consultar o catálogo em
http://www.cm-cascais.pt/cascais/catalogobibliotecas
que lhe faculta inclusivamente diversas obras digitalizadas, através da nova Biblioteca Digital de Cascais.

Também o Arquivo Histórico Digital de Cascais, acessível em
www.cm-cascais.pt/arquivohistoricodigital
possibilita a pesquisa de milhares de digitalizações de documentos, que traduzem a riqueza dos fundos e coleções detidos pelo município, em que abundam peças como as fotografias e bilhetes-postais ilustrados que foram utilizados para a produção deste resumo da nossa história.

Venha visitar-nos!

Na capa:
Representação da vila de Cascais, no início do século XVI

CASCAIS
CÂMARA MUNICIPAL